

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXV

FLORIANÓPOLIS, 4 DE AGOSTO DE 2016

NÚMERO 7.032

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Aldo Schneider
1º VICE-PRESIDENTE

Leonel Pavan
2º VICE-PRESIDENTE

Valmir Comin
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
3º SECRETÁRIO

Mário Marcondes
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Silvio Dreveck

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Valdir Cobalchini

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Ismael dos Santos

**BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA
(PSDB E PP)**
Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Luciane Carminatti

**BLOCO FRENTE RENOVÇÃO
(PR E PSB)**
Líder: Patrício Destro

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: César Valduga

PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei Alberton Ascari
Ricardo Guidi
Narcizo Parisotto
João Amin
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
João Amin
Milton Hobus
Cleiton Salvaro
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Neodi Saretta - Presidente
Patrício Destro - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
José Milton Scheffer
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente
Rodrigo Minotto - Vice-Presidente
Nilso Berlanda
Natalino Lázare
Manoel Mota
Fernando Coruja
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei Alberton Ascari - Presidente
Gean Loureiro - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Luiz Fernando Vampiro
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Ricardo Guidi
Silvio Dreveck
Antonio Aguiar
Valdir Cobalchini

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Patrício Destro
Rodrigo Minotto
José Milton Scheffer
Antonio Aguiar
Gean Loureiro
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Cesar Valduga
Mauro de Nadal
Manoel Mota
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Cleiton Salvaro - Vice-Presidente
Milton Hobus
Rodrigo Minotto
Luiz Fernando Vampiro
Gean Loureiro
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gean Loureiro - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Cesar Valduga
João Amin
Neodi Saretta
Dalmo Claro

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Dirceu Dresch - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Natalino Lázare
Marcos Vieira
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Kennedy Nunes - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Nilso Berlanda
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Fernando Coruja
Ana Paula Lima

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Ana Paula Lima
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto
Serafim Venzon
Gean Loureiro

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
José Nei Alberton Ascari
Patrício Destro
Romildo Titon
Manoel Mota
Neodi Saretta

COMISSÃO DE SAÚDE

Ana Paula Lima - Presidente
Doutor Vicente - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Cesar Valduga
José Milton Scheffer
Fernando Coruja
Dalmo Claro

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patrício Destro - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Milton Hobus
Doutor Vicente
Fernando Coruja
Romildo Titon
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Doutor Vicente - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Neodi Saretta
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Natalino Lázare
Doutor Vicente
Dalmo Claro
Fernando Coruja
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roger Luiz Siewerdt</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Carla Silvanira Bohn</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXV NESTA EDIÇÃO: 20 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 080ª Sessão Ordinária realizada em 28/07/2016..... 2 Ata da 081ª Sessão Ordinária realizada em 02/08/2016..... 3</p> <p>Publicações Diversas Audiência Pública..... 5 Ata de Comissão Permanente..... 15 Extratos..... 17 Ofício..... 19 Projetos de Lei..... 19 Portarias..... 20 Requerimento..... 20</p>
--	---	---

P L E N Á R I O

ATA DA 080ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 28 DE JULHO DE 2016

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 09h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Dalmo Claro - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fábio Flôr - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - José Nei Ascari - Julio Ronconi - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Roberto Salum - Romildo Titon - Serafim Venzon - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Padre Pedro Baldissera

Dirce Heiderscheidt

DEPUTADO PADRE PEDRO

BALDISSERA (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO FÁBIO FLÔR (Orador) - Agradece aos pares pelo acolhimento durante sua breve passagem pelo Parlamento Catarinense, citando alguns projetos propostos visando colaborar com os interesses da população da foz do rio Itajaí,

de Balneário Camboriú e de toda Santa Catarina.

Comemora a aprovação da emenda ao projeto incluindo os hospitais municipais como beneficiários dos recursos do fundo criado recentemente; cita o projeto 0180/2016, em vias de aprovação, que visa dar mais efetividade aos Guardas Municipais; cita, ainda, a proposta de regulamentação de criação, reprodução, comercialização e doação de cães e gatos em SC, pois a exploração sem critérios vem causando prejuízos à proteção dos animais e à saúde da população; informa que protocolou um projeto de emenda à Constituição visando à apresentação de um plano de metas, 90 dias após eleição, pelo governador eleito; por fim, sugere, a fim de gerar receita, uma ideia que consiste no empréstimo de espaços públicos para que empresas associem o seu nome em campanhas publicitárias.

DEPUTADO NATALINO LÁZARE (Orador) - Parabeniza o deputado Fábio Flôr por sua atuação no Parlamento Catarinense.

Faz menção ao Dia do Agricultor, enaltecendo a importância da categoria e clamando por mais segurança financeira à classe, que não possui renda fixa, vive à mercê do tempo e vem sofrendo muito com a atual crise brasileira.

Agradece ao homem do campo por todo o seu trabalho em benefício da população,

torcendo para que um dia o agricultor possa ser uma prioridade do governo.

Deputado Neodi Saretta (Aparteante) - Parabeniza o deputado pelo tema, acrescentando que participou de diversos eventos juntamente com os agricultores, e parabeniza toda a classe.

Deputado Cesar Valduga (Aparteante) - Parabeniza o deputado pela sua atuação na comissão de Agricultura em benefício do trabalhador e também o agricultor pelo seu dia.

Deputado Roberto Salum (Aparteante) - Acrescenta que os governantes devem ter mais sensibilidade e dar mais incentivo ao agricultor.

Deputado Valmir Comin (Aparteante) - Observa que deve existir um pacto entre empresários e governo por mais segurança jurídica ao empreendedor.

DEPUTADO ROBERTO SALUM (Orador) - Demonstra indignação com o fato de um pai não pode ensinar um filho a dirigir, informando que pretende criar um projeto dando o direito a todas as pessoas de habilitar-se como condutor sem ter que se matricular numa autoescola.

Refere-se à aprovação de projeto que tira segurança em caixa eletrônico, enfatizando que os políticos devem ter a coragem para tomar decisões importantes para ajudar a população.

Aborda a questão da dificuldade para entrar com um processo nos cartórios de sucessões, questionando a forma ineficiente do processo. *[Taquígrafa: Renata]*

Partidos Políticos

Partido: PMDB

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (Orador) - Refere-se à matéria do jornal *Diário Catarinense*, em que o governo, através da secretaria da Fazenda, divulgou o ranking de competitividade regional com o objetivo de servir de base para novas políticas, pois Florianópolis é a região mais competitiva do estado, com mais capacidade de atrair investimentos, ao passo que São Joaquim aparece com o pior resultado do estado. Ou seja, Santa Catarina tem regiões mais competitivas próximas ao litoral, segundo o ranking divulgado.

Salienta que o governo deve direcionar seus investimentos às regiões mais carentes com a implantação de políticas públicas, a exemplo do programa Crescer Juntos.

Cita que apresentou requerimento e vai colher assinaturas para a criação de uma Frente Parlamentar com o objetivo de colher sugestões, a serem encaminhadas ao governo de Santa Catarina, visando à criação de uma política permanente para reverter o quadro de regiões ricas cada vez mais ricas.

Frisa a importância da regulamentação do Orçamento Impositivo, a exemplo do Orçamento da União. *[Taquígrafa: Renata]*

Partido: PT

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Repudia atitude do ministro de Relações Exteriores, José Serra, que durante evento oficial no México, ao lado da chanceler mexicana, Claudia Ruiz Massieu, fez piada com o fato de que quase metade do Senado do país ser composto por mulheres.

Faz breve histórico da vida pública de José Serra, referindo-se a ele como machista e desrespeitoso, chamando a atenção para os malefícios do referido comportamento ao povo brasileiro.

Cita a marginalização das mulheres na sociedade brasileira ao longo dos anos, salientando a importância de haver a representação das mulheres na política de forma paritária. *[Taquígrafa: Renata]*

Ordem do Dia

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Dá início à Ordem do Dia, relatada na íntegra.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s: 0098/2016, 0489/2015, e a Proposta de Emenda à Constituição n. 0001/2015.

Comunica, ainda, que a comissão de Agricultura e Política Rural apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0323/2016.

Moção n. 0150/2016, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados e demais autoridades, solicitando apoio para aprovação do Projeto de Lei n. 7.747/2010. (Autoriza movimentação de conta vinculada do trabalhador e PolíTCS para pagamento de dívida contraída junto ao FIES).

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 0877/2016, de autoria do deputado Valmir Comin, a ser enviado aos gerentes das empresas TIM, Vivo, Oi e Claro, solicitando para que providenciem a instalação da antena repetidora de sinal de telefonia móvel no distrito de Barra Grande, no município de Faxinal dos Guedes.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0878/2016, de autoria do deputado Cesar Valduga, a ser enviado aos presidentes da Anatel, Claro e Vivo, e aos Conselhos de Administração da TIM Celular e Oi, solicitando urgentes providências para a ativação das antenas instaladas em Goio-Em, Serinha e Marechal Bormann, em Chapecó.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 0873/2016, de autoria do deputado Natalino Lázare; 0874/2016, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0875/2016, de autoria do deputado Antônio Aguiar; e 0876/2016, de autoria do deputado Cesar Valduga.

Esta Presidência comunica também que enviará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0349/2016, 0350/2016 e 0351/2016, de autoria do deputado Cesar Valduga; 0352/2016, de autoria do deputado Natalino Lázare; e 0353/2016, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Suspende a sessão para que o sr. José Walter Dresch, presidente da Fetaesc, faça o da palavra.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Reabre a sessão e passa à Explicação Pessoal.

Explicação Pessoal

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (Oradora) - Comenta a o episódio, ocorrido em Lages, em que uma mãe foi proibida de amamentar na praça da alimentação e convidada a amamentar no fraldário, questionando a situação e qualificando-a como um problema cultural.

Cita todos os benefícios da amamentação, parte integrante do processo reprodutivo, chamando a atenção para o fato de que proibições do tipo caracterizam um ato de violência contra as mulheres, citando lei aprovada na Assembleia Legislativa que autoriza a amamentação em lugares públicos.

Menciona a Semana Mundial do Aleitamento Materno, que tem como objetivo mostrar a importância do aleitamento materno.

[Taquígrafa: Renata]

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT (Presidente) - Não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para a semana subsequente, à hora regimental. *[Revisão Final - Taquígrafa: Renata].*

ATA DA 081ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 02 DE AGOSTO DE 2016

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Silva - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Dalmo Claro - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascarri - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luiz Fernando Vampiro - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Roberto Salum - Romildo Titon - Serafim Venzon - Valdir Cocalchini.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Gelson Merisio

Padre Pedro Baldissera

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO JOÃO AMIN (Orador) - Manifesta contentamento com seu retorno à Casa Legislativa, parabenizando o deputado Fábio Flôr

pelo trabalho realizado na suplência. Destaca a importância da prática do rodízio de parlamentares para o fortalecimento dos partidos. Reporta-se às atividades que desempenhou pelo estado no período de licença parlamentar, manifestando otimismo com relação à mudança das regras para as eleições municipais em outubro.

Deputado Roberto Salum (Aparteante) - Manifesta sua alegria em ocupar cadeira de deputado do Parlamento Catarinense e agradece ao deputado que lhe repassou o seu espaço na comissão de Constituição e Justiça. *[Taquígrafa: Cristiany]*

DEPUTADO SERAFIM VENZON (Orador) - Cumprimenta os correligionários peessedebistas presentes nas galerias da Casa, pedindo empenho nas eleições para eleger os prefeitos e vereadores do PSDB.

Pronuncia-se sobre o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH -, controlado pelo governo federal e utilizado como parâmetro na liberação de recursos federais e estaduais, defendendo a criação de um IDH exclusivo para cada estado, a exemplo de Santa Catarina, teríamos o IDHSC, que levaria em conta também as variáveis financeiras, o padrão de vida, a longevidade e a segurança das pessoas. Afirma que Santa Catarina teve um decréscimo no índice por conta da criminalidade e mortes no trânsito.

[Taquígrafa: Maria Aparecida]

DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO (Orador) - Faz um breve relato a respeito das obras inacabadas espalhadas pelo Brasil, definindo-as como um desperdício de dinheiro do povo, a exemplo do Trem-Bala, que ligaria o Rio de Janeiro a São Paulo; a Ferrovia Transnordestina, que começou a ser construída em 2006 a um custo de R\$ 2,5 bilhões e prazo de 4 anos; a Ferrovia Norte-Sul, que já dura 26 anos, dentre outras. Destaca que muitas obras foram programadas para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas, mas estão inacabadas.

Deputado Roberto Salum (Aparteante) - Corroborar as palavras do deputado e enfatiza que ninguém reclamou quando a liderança da presidente Dilma Rousseff permitiu tal absurdo. [Taquígrafa Salete]

Partidos Políticos

Partido: PT

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) - Menciona sua preocupação com os professores de tecnologia de informática da rede pública estadual de educação, em relação às alterações e tramitações dos Editais n.s.: 1.960/2016 e 1.961/2016, da secretaria estadual de Educação, que trata das normas do processo seletivo para admitir profissionais temporariamente na educação básica de Santa Catarina, enfatizando que um dos itens não esclarece o número de vagas para professor orientador nas referidas salas, bem como outros problemas detectados.

Comunica o envio de uma indicação ao secretário de Educação solicitando a inclusão de vagas para professor orientador nas mencionadas salas nos editais do processo seletivo para admissão de professores em caráter temporário, justificando que o profissional tem a função de dar suporte pedagógico aos alunos. [Taquígrafa: Silvia]

Partido: PR

DEPUTADO NATALINO LÁZARE (Orador) - Menciona o pronunciamento do deputado Dr. Vicente Caropreso, que definiu as inquietações da crise econômica brasileira. Também demonstra preocupação com a notícia do jornal *Diário Catarinense*, citando que a empresa Aurora Alimentos está liberando funcionários em férias coletivas devido à queda no abate das aves e em virtude do alto custo do milho.

Registra que no Porto de Imbituba há navios carregados de milho e que os mesmos seguirão viagem aos Estados Unidos, salientando a falta de planejamento. Parabeniza o governador do estado pela prorrogação até dezembro dos efeitos do decreto que diminuem alíquota do ICMS de 12% para 6%.

Altair Silva (Aparteante) - Parabeniza o deputado pelo tema do pronunciamento. [Taquígrafa: Ana Maria]

Partido: PRB

DEPUTADO ROBERTO SALUM (Orador) - Manifesta repúdio ao fato de o Tribunal de Justiça do Estado fazer julgamentos, marcar a hora para ouvir aqueles que recorreram e os seus advogados, no horário comercial. Declara que no último julgamento, pela falta de planejamento, fecharam o trânsito da cidade por inteiro, a ponto de a BR-101 ficar interditada, considerando o fato um desrespeito ao cidadão de bem.

Informa que está apresentando projeto, e pede apoio aos pares à aprovação, que proíbe qualquer tipo de julgamento de elementos de alta periculosidade no horário normal de trabalho, sugerindo que aconteçam à noite, para não prejudicar o fluxo do trânsito na cidade. [Taquígrafa: Sara]

Partido: PSDB

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Orador) - Manifesta-se a respeito da lei que institui o dia 21 de março como o Dia Estadual de Preservação da Gralha Azul, ideia trazida por jovens da Escola do Legislativo. Sauda o novo presidente do Conselho Estadual do Turismo, Rogério Siqueira, diretor-presidente do Beto Carrero World, salientando sua capacitação para o cargo. Também destaca a importância de Balneário Camboriú para o turismo estadual, ressaltando a implantação no município de um dos maiores centros de eventos do Brasil.

[Taquígrafa: Cristiany]

Partido: PMDB

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (Orador) - Cobrou a votação do projeto de lei complementar que regulamenta o Orçamento Regionalizado, tornando-o impositivo. Afirma que tal medida representa uma divisão justa dos recursos públicos, e assegura mais investimentos para todas as 36 microrregiões do estado. [Taquígrafa: Maria Aparecida]

Partido: PMDB

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (Orador) - Destaca que o Projeto de Lei Completar n. 0004/2016, que regulamenta o Orçamento Regionalizado Impositivo, precisa ser votado em plenário. Enfatiza que todas as bancadas deverão votar, no sentido de que as regiões tenham suas autonomias possam ter suas reivindicações atendidas.

Faz menção à matéria do jornal *Diário Catarinense*, na coluna do jornalista Moacir Pereira, em que o secretário da Fazenda informa que o custo da judicialização da saúde deve superar R\$300 milhões, argumentando que o pobre não vai ao Judiciário e que é preciso repensar o sistema.

Deputado Ivan Naatz (Aparteante) - Comunga com o pensamento do secretário da Fazenda, quando se pronuncia a respeito da judicialização da saúde. [Taquígrafa: Salete]

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Suspende a sessão para que seja feito o sorteio das escolas que participarão da 22ª edição do Parlamento Jovem Catarinense.

Ordem do Dia

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Reabra a sessão e dá início à Ordem do Dia, relatada na íntegra.

Passaremos à Ordem do Dia.

Moção n. 0151/2016, de autoria do deputado Ivan Naatz, a ser enviada ao presidente da subseção da OAB de Blumenau, manifestando aplausos pelo 45º aniversário da instituição.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0152/2016, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados, apelando pela tramitação em regime de urgência do PL n. 5.864/2016 (Dispõe sobre a Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil, institui o Programa de Remuneração Variável da Receita Federal do Brasil e dá outras providências.).

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0105/2016, 0106/2016, 0137/2016, 0230/2016, 0272/2016, 0294/2016, 0305/2016, 0310/2016, 0317/2016, 0349/2016, 0359/2016, 0361/2016, 0372/2016, 0378/2016, 0390/2016, 0438/2016 e 0516/2016.

Outrossim, a Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0879/2016, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0880/2016, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0881/2016 e 0882/2016, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0883/2016, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0884/2016, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0885/2016, 0886/2016 e 0888/2016, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0887/2016, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0889/2016, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; e 0890/2016, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro.

Esta Presidência comunica, ainda, que serão enviados aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0354/2016, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0355/2016 e 0356/2016, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0357/2016, de autoria do deputado Roberto Salum; 0358/2016, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0359/2016 e 0360/2016, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0361/2016, de autoria do deputado Valdir Cobalchini.

Finda a pauta na Ordem do Dia.

[Taquígrafa: Silvia]

Explicação Pessoal

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Faz referência à falta de infraestrutura nas rodovias do estado, cita barreiras caídas há mais de dois anos e critica o governo do estado, que faz tanta propaganda, gasta tanto dinheiro público em publicidade e deixa as questões prioritárias, como as estradas, em situação de calamidade.

Menciona o grande momento político que estamos vivendo com as eleições municipais, momento em que o povo precisa refletir para escolher seus líderes, e conchama a juventude e as mulheres a participar, citando que todos devem contribuir para a construção política do país e que a democracia deve prevalecer.

Registra a reunião do presidente Michel Temer com o ministro Gilmar Mendes, do Superior Tribunal Federal, acusando o presidente interino de antecipar o *impeachment*

de Dilma Rousseff por medo do ex-deputado Eduardo Cunha, salientando que a Constituição não está sendo cumprida. [Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO IVAN NAATZ (Orador) - Manifesta preocupação com a educação catarinense que, que tem apresentado um retrocesso em alguns aspectos, a exemplo das vagas de professor de informática, que estão sendo preenchidas por estagiários em detrimento de profissionais habilitados para a função. Apela ao governo e ao secretário da Educação no sentido de rever tal situação, que representa um prejuízo, tanto aos estudantes quanto aos professores, que se prepararam para o desempenho da tarefa.

Registra que esteve com o secretário da Saúde, João Paulo Kleinübing, cobrando

respostas a respeito das ambulâncias para a saúde pública de Blumenau e região, a construção do ambulatório-geral do bairro Escola Agrícola, e a reforma da policlínica, também em Blumenau. Agradece ao secretário e enaltece sua presteza em fornecer tais informações, sua disponibilidade no atendimento, bem como seu empenho na busca de soluções aos problemas apresentados. [Taquígrafa: Sara]

DEPUTADO ROBERTO SALUM (Orador) - Manifesta sua indignação pela situação precária do Hemosc e do Cepon e pede aos parlamentares para que se alinhem no sentido de resolver o problema. Comenta a reclamação de um empresário com relação a uma blitz realizada próxima à ponte em Florianópolis, no sábado, pela manhã, por julgar o horário

inadequado. Entende que as blitzes deveriam ser de alçada da Guarda Municipal e não da Polícia Militar. Também aborda a questão de pátios particulares estarem sendo usados como depósito para os carros apreendidos nas blitzes, entendendo que é necessário haver uma fiscalização e que o Ministério Público está fazendo vista grossa no caso. [Taquígrafa: Cristiany]

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, encerra a sessão, convocando outra, solene, para a presente data, às 19h, para a concessão do Título de Cidadão Catarinense ao sr. Antônio Heronaldo de Sousa. [Revisão Final - Taquígrafa: Renata].

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES - CTC -

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO		
EVENTO: Audiência Pública	DATA: 14/07/2016 HORA: 14h	LOCAL: Auditório da Ammvi, Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - Blumenau
SUMÁRIO: Implantação da Região Metropolitana do Vale do Itajaí		
PRESIDENTE: Deputado Estadual Ivan Naatz		
MESA DOS TRABALHOS: Deputado Estadual Ivan Naatz; Deputado Estadual Ismael dos Santos; Deputado Estadual Jean Kuhlmann; Deputada Estadual Ana Paula Lima; Sérgio Almir dos Santos, Prefeito do Município de Indaial, e Vice-Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí, Ammvi; Juliano Gonçalves Nascimento, Secretário de Planejamento, Urbano, representando o Prefeito do Município de Blumenau, Napoleão Bernardes; Lanes Randal Prates Marques, diretor técnico da Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis, Suderf.		
REGISTRO DE PRESENCAS: Jovino Cardoso Neto, Vice-Prefeito do Município de Blumenau; Aurora Coelho, Vereadora do Município de Indaial; Adriano Pereira, Vereador do Município de Blumenau; Paulo Roberto Ledra, Secretário de Planejamento do Município de Indaial; Carolina Meireles, diretora presidente do Instituto de Planejamento de Brusque; Hartwig Persuhn, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho; Carla Cíntia Bach, professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Furb, representando o coordenador do curso, Luiz Alberto de Souza; João Beltrame, Vereador do Município de Blumenau; Avelino Lombardi, vice-presidente da Associação Empresarial de Blumenau; Miguel Angelo Soar, Procurador-Geral do Município de Indaial; Lairto Leite, diretor de Transporte do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transporte de Blumenau, representando o Presidente, Carlo Lange; Ingobert Falk, presidente do Conselho Municipal da Vila Itopava; Edson Kesting, administrador da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Blumenau; José Lázaro da Silva Junior, gerente de Planejamento Regional de Blumenau; Fábio Fiedler, Vereador do Município de Blumenau; Evelin Huscher, Vereadora do Município de Blumenau; Andrei Capistrano, assessor parlamentar, representando o Deputado Estadual Serafim Venzon; Carlos Bogoni, Representando a Codesc; Aurora Coelho, Vereadora do Município de Indaial		
MANIFESTAÇÕES: Deputado Estadual Ivan Naatz; Deputada Estadual Ana Paula Lima; Deputado Estadual Ismael dos Santos; Deputado Estadual Jean Kuhlmann; Sérgio Almir dos Santos; Juliano Gonçalves Nascimento; Lanes Randal Prates Marques; Avelino Lombardi; Claudia Siebert; Alexandre Barbieri.		

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER A IMPLANTAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO ITAJAÍ, REALIZADA NO DIA 14 DE JULHO DE 2016, ÀS 14H, NO AUDITÓRIO DA AMMVI, ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) – Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo Catarinense, damos início a audiência pública da Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa, proposta pelo Deputado Estadual Ivan Naatz para tratar da implantação da Região Metropolitana do Vale do Itajaí, visando, a exemplo da Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis, Suderf, o planejamento regional voltado para o desenvolvimento sustentável, equilibrado e integrado da região, objetivando a constante melhoria da qualidade de vida e o bem-estar da população nela compreendida.

A partir da Lei Complementar nº 495/2010 foram criadas 11 regiões metropolitanas no Estado de Santa Catarina. Segundo o artigo 6º da referida Lei Complementar, o núcleo metropolitano da Região Metropolitana do Vale do Itajaí é integrado pelos Municípios de Blumenau, Pomerode, Gaspar, Indaial e Timbó; tendo, segundo o parágrafo único do artigo 6º, como área de expansão metropolitana os

Municípios de Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Guabiruba, Ilhota, Luiz Alves, Rio dos Cedros e Rodeio.

As regiões metropolitanas estão criadas, mas só a da Grande Florianópolis passou à fase seguinte, por meio da Lei Complementar nº 636/2014, que instituiu a Superintendência da Região Metropolitana da Grande Florianópolis, Suderf. Para atender o objetivo deverá ocorrer a cooperação entre diversos níveis de governo, por meio da descentralização de recursos, bem como a articulação e integração dos órgãos e das entidades da administração direta e indireta com atuação na Região Metropolitana, com vistas ao aproveitamento máximo dos recursos públicos a ela destinados.

Convidamos para tomar assento junto à mesa dos trabalhos: Deputado Estadual Ivan Naatz, proponente dessa audiência pública; Deputado Estadual Ismael dos Santos; Deputado Estadual Jean Kuhlmann; Deputada Estadual Ana Paula Lima; Sérgio Almir dos Santos, Prefeito do Município de Indaial, representando a Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí, Ammvi; Juliano Gonçalves Nascimento, Secretário de Planejamento, Urbano, representando o Prefeito do Município de Blumenau, Napoleão Bernardes; Lanes Randal Prates Marques, diretor técnico da Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis, Suderf. (Palmas.)

Registro a presença das seguintes autoridades: Jovino Cardoso Neto, Vice-Prefeito do Município de Blumenau; Aurora Coelho, Vereadora do Município de Indaial; Adriano Pereira, Vereador do Município de Blumenau; Paulo Roberto Ledra, Secretário de Planejamento do Município de Indaial; Carolina Meireles, diretora presidente do Instituto de Planejamento de Brusque; Hartwig Persuhn, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho; Carla Cíntia Bach, professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Furb, representando o coordenador do curso, Luiz Alberto de Souza; João Beltrame, Vereador do Município de Blumenau; Avelino Lombardi, vice-presidente da Associação Empresarial de Blumenau; Miguel Angelo Soar, Procurador-Geral do Município de Indaial; Lairto Leite, diretor de Transporte do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transporte de Blumenau, representando o Presidente, Carlo Lange; Ingobert Falk, presidente do Conselho Municipal da Vila Itopava; Edson Kesting, administrador da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Blumenau; José Lázaro da Silva Junior, gerente de Planejamento Regional de Blumenau; Fábio Fiedler, Vereador do Município de Blumenau; Evelin Huscher, Vereadora do Município de Blumenau; Andrei Capistrano, assessor parlamentar, representando o Deputado Estadual Serafim Venzon; Carlos Bogoni, representando a Codesc; Aurora Coelho, Vereadora do Município de Indaial.

Com a palavra o Deputado Ivan Naatz, para a condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz) –
(Cumprimenta os integrantes da mesa e os demais presentes.)

A Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, que é presidida pelo Deputado Valdir Cobalchini, autorizou a realização desta audiência pública que trata da instalação da Região Metropolitana do Vale do Itajaí.

Antes de passar a palavra aos meus colegas da mesa, eu peço autorização à Assembleia para fazer um pequeno histórico do que aconteceu de fato na instalação dessas regiões metropolitanas pelo Estado.

Quando cheguei à Assembleia Legislativa, ao tempo em que me interessei muito pelo tema, por ter o título de mestre em Desenvolvimento Regional, a primeira coisa que fiz quando cheguei à Assembleia Legislativa foi querer saber como é que andava essa questão da instalação da Região Metropolitana. E chegando lá pude constatar, juntamente com a Deputada Ana Paula Lima, que acaba de chegar à audiência, que o assunto estava muito mais evoluído do que de fato nós acreditávamos que estava.

Desde 2002 a Assembleia Legislativa vem discutindo essa questão da Região Metropolitana e várias legislações foram apresentadas, foram corrigidas e melhoradas; até que, com a intervenção de vários Deputados, especialmente da Deputada Ana Paula, definitivamente foi regulamentada a instalação da Região Metropolitana do Vale do Itajaí, e ela se encontra formada e legalmente constituída, mas ela não está instalada de fato, ela não é uma personalidade jurídica instalada de fato. O objetivo dessa audiência pública é a gente conversar com as comunidades dos Municípios envolvidos no sentido de a gente definitivamente instalar a Região Metropolitana em efetivo, como já funciona em Florianópolis.

A única Região Metropolitana efetivamente instalada, com projetos apresentados e encaminhamentos, é a Região Metropolitana de Florianópolis. Por isso a presença do Superintendente aqui nos honra muito, até para ele nos passar o que de fato a Região Metropolitana de tem apresentado, Randal, de benefícios para a Região Metropolitana de Florianópolis, afim de que a gente possa copiar esses exemplos e trazer para cá os desafios que a nossa região tem.

(Utiliza imagens em PowerPoint para ilustrar a sua apresentação.)

Eu preparei um comparativo entre a Região Metropolitana de Florianópolis e a nossa Região Metropolitana. Em princípio a Legislação determina a instalação da Região Metropolitana do Vale do Itajaí, composta pelos Municípios de Timbó, Gaspar, Indaial e Pomerode. No mapa assim representado em azul.

Atualmente nós vivemos uma coisa que o desenvolvimento regional chama de conurbação, que é uma palavra que o desenvolvimento regional dá quando a ação de uma cidade tem imediatamente reflexos sobre a outra. É mais ou menos o que a gente está vivendo hoje, qualquer ação que tenha no Município de Gaspar, por exemplo, em termos de mobilidade tem reflexo na região de Blumenau; qualquer ação que tenha no Município de Timbó, de Indaial, de Pomerode em tratamento de água e de esgoto, tem reflexo na região de Blumenau.

Por exemplo, tratar água em Gaspar hoje é mais barato do que tratar em Blumenau, porque Blumenau já tem uma parte significativa do esgoto tratado. Então é isso que envolve a Região Metropolitana. Como é o ABC paulista. Quando tu chegas a São Paulo tu não sabes quando tu estás em São Bernardo ou em São Caetano. Então há uma união muito grande das cidades, de forma que elas não podem mais fazer o planejamento de forma individual. O planejamento sempre tem que ser de forma coletiva, e o nome que se dá a essa situação, que hoje é objeto da nossa audiência pública é conurbação, para a gente entender o que a gente está tratando aqui.

Informações socioeconômicas. Essa Região Metropolitana, e eu coloquei ali a de Blumenau, pois depois vou fazer uma sugestão com relação ao nome. Juntos, os Municípios, possuem 530 mil habitantes numa área de 1.678 metros quadrados. Podemos observar também o IDH regional. O nosso IDH regional é muito próximo do que tem de melhor no Brasil.

Às vezes a gente reclama tanto das nossas coisas, a gente acha que tem tantos desafios para fazer, tanta coisa para fazer, mas o maior IDH do Brasil é de São Caetano do Sul, em São Paulo, que tem um IDH, médio, de 0.86, que é o maior IDH de uma cidade do Brasil. Vocês podem perceber que os índices dos Municípios que compõem essa regional são muitos próximos disso, IDH muito próximo do que temos de melhor no Brasil. Então vejam a importância desses Municípios no contexto nacional e no contexto estadual.

O nosso Produto Interno Bruto, observem que o nosso Produto Interno Bruto, tirando Blumenau, as outras cidades têm um Produto Interno Bruto muito próximo entre si, o de Blumenau é dez milhões, os outros são de um milhão e duzentos, per capita.

Então vocês podem ver que tirando a regional, que é a cidade-metrópole, as outras têm um Produto Interno Bruto – isso é bilhões – muito próximo disso. Os outros Municípios são muito parecidos e a renda per capita também é muito parecida com a outra. O que chama a atenção é a renda per capita de Pomerode, com R\$ 42 mil reais por habitante por ano. Então é uma renda per capita considerável, porque tem pouca população e muita renda, o que aumenta a renda per capita. Mas ela é muito parecida, né Deputada Ana Paula.

E nós temos uma renda per capita média de 27.772, pelos últimos dados do IBGE de 2012. Então a gente é muito parecido, e diferenciado do Estado. Nós somos uma região diferenciada do Estado. Às vezes no Estado uma região tem uma renda per capita considerável, mas nos Municípios do entorno despenca a renda per capita, ela é totalmente dependente daquela cidade.

Em resumo, a Região Metropolitana é proposta por 7.9%, quase 8% da população catarinense; 1,8% da área do Estado e ela participa com 9.3% do PIB de Santa Catarina, que está inserido nessas cidades que compõem a nossa região. E o mais importante todos os cinco Municípios têm média acima do IDH de Santa Catarina, são índices de desenvolvimento humano extraordinários, observando o resto do País.

Eu fiz um pequeno esboço de como funciona a participação dos Municípios no retorno do ICMS, depois quem quiser pode verificar isso com mais atenção depois, é o cálculo que se faz para repassar o ICMS dos Municípios, para que a gente possa chegar à outra lâmina.

O ICMS adicionado dos Municípios, eles também são muito próximos entre si. Os números indicam que a gente tem um retorno de ICMS, tirando Blumenau, pois na cidade-polo tem o valor acentuado, os demais Municípios que compõem a região têm um índice de retorno do ICMS muito próximos entre si. E mais, é possível observar nesses dados que o crescimento da região é idêntico, ele é paralelo. Se vocês observarem, o índice de retorno de ICMS desses Municípios vem crescendo da mesma forma. A porcentagem de crescimento deles é praticamente a mesma, isso prova que nós somos uma região que funciona equilibradamente, nós somos uma região equilibrada na produção da nossa riqueza, porque o retorno de ICMS cresce igual para todos os Municípios, com poucas diferenças.

Então o quadro de baixo é quanto representa em retorno de ICMS no Estado de Santa Catarina; Blumenau tem um retorno de 5% de todo o ICMS que arrecada, mas os demais Municípios têm índices muito parecidos entre si, o que mais uma vez consolida a tese de que nós somos uma região muito equilibrada, e isso é fundamental para que as regiões metropolitanas funcionem.

O movimento econômico do valor adicionado. Observem esses quadros em azul, alaranjado e cinza, os senhores verão que o ICMS de movimento de valor adicionado dos Municípios é muito parecido e vem crescendo mais ou menos de forma parecida, 2012, 2013 e 2014, os índices de crescimento são bem equilibrados.

Blumenau cresceu, vem crescendo significativamente, e os outros Municípios também vão crescendo. Claro, nós estamos crescendo de forma igualitária, a gente diminui, mas também cresce de forma equilibrada, o que eu trouxe aqui para comprovar o equilíbrio da Região Metropolitana desses Municípios que sustentam essa região.

Algumas matérias que Florianópolis já vem, Deputada Ana Paula e Deputado Jean, se aproveitando da instalação da Região Metropolitana e apresentando os seus projetos, trazendo conquistas para a região da Grande Florianópolis. *[Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos]* Há notícia *(Mostra na imagem.)* de projetos apresentados, conquistas que vieram através da criação da Região Metropolitana.

Nós fizemos aqui *(Mostra na imagem.)*, para encerrar, um comparativo entre as duas regiões, a Região Metropolitana de Florianópolis e a Região Metropolitana de Blumenau. Se nós observarmos o Produto Interno Bruto, Florianópolis tem um PIB ainda superior ao nosso, com população inferior, porque o serviço que presta, Florianópolis tem um retorno de impostos acentuado muito superior à prestação de serviço, muito superior à produção. Então, eles têm um PIB superior ao nosso, mas, no mais, as duas regiões, praticamente, são muito equilibradas economicamente na produção econômica do Estado de Santa Catarina.

Há um comparativo de produção, de área, de população. Nós somos muito próximos, por que eu faço isso? Para justificar as duas situações. O comparativo é daquilo que já está funcionando e aquilo que a gente pretende implementar, que não tem razão nenhuma para não termos a nossa Região Metropolitana implementada.

Bom, todos aqui certamente falaram, mas as razões de instalação da Região Metropolitana são enormes; dentre elas, a discussão de forma coletiva dos nossos desafios, no lixo, na mobilidade, na proteção dos nossos mananciais de água, no turismo, na cultura no, desenvolvimento econômico, enfim. Para resumir bem, que lógica tem um cara que pegar o ônibus em Gaspar e não poder entrar no terminal urbano? Não tem lógica. O cidadão que pega o ônibus em Gaspar não pode entrar no terminal urbano porque não tem bilhetagem única, não tem autorização do Deter. A mesma coisa acontece com Timbó, com Blumenau, com Indaial, o ponto de ônibus não ser o mesmo. Chega ali em Gaspar tem que descer do ônibus porque não pode entrar no Bela Vista.

Então, são desafios, um exemplo simples, que a Região Metropolitana, depois de criada, vai ter de enfrentar, vai ter que realizar, vai ter de resolver essas questões, que são as mais simples.

Eu sou um apaixonado pela criação da Região Metropolitana e poderia falar horas aqui, porque acredito nela como a grande sacada para o nosso desenvolvimento. Acredito, mesmo, como a grande sacada. E Florianópolis, eles estão sempre antenados, quem está lá consegue observar que a força política de Florianópolis é bem significativa. E eles já se aperceberam e criaram a sua Região Metropolitana, e estão lá, em Brasília, atrás do cofre da Região Metropolitana. Lá em Brasília tem um cofre escrito assim: cofre das Regiões Metropolitanas, e eles já encontraram esse caminho. O objetivo da nossa audiência pública é pressionar o Governador para instalarmos também a nossa Região Metropolitana para conhecermos esse caminho: o cofre destinado aos projetos da Região Metropolitana.

Para encerrar, temos aqui um desafio - e eu tenho acompanhado o Deputado Ismael, a Deputada Ana Paula e o Deputado Jean Kuhlmann - na construção do Centro de Convenções da Vila Germânica, e temos feito muitas reuniões em Florianópolis no desejo de realizar esse sonho para Blumenau. Por exemplo, esse centro de convenções é um desafio da Região Metropolitana porque quem vem a Blumenau visitar Pomerode, dorme em Gaspar, janta em Timbó - é um desafio da região, que pode ser enfrentado com muito mais força através da Região Metropolitana -, e visita a nossa linda Indaial, como disse o Prefeito aqui.

Enfim, em resumo, para iniciar são essas as minhas falas, temos um grande desafio aqui, que é o de instalar definitivamente a Região Metropolitana em Blumenau. É uma luta, e registro aqui, que a Deputada Ana Paula, em especial, vem travando há muito tempo.

Registro a presença da senhora Evelin Huscher, Vereadora de Blumenau; e do senhor Fábio Fiedler, Vereador de Blumenau. Muito obrigado a todos.

Com a palavra a Deputada Estadual Ana Paula Lima.

A SRA. ANA PAULA LIMA – Muito obrigada, Deputado Ivan Naatz, que é o proponente desta audiência pública, e também os meus colegas Parlamentares Ismael dos Santos e Jean Kulmann. *(Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.)*

Eu vou fazer um breve histórico de como está esse processo na Assembleia Legislativa e até um contexto histórico de como se desenvolveu a criação das regiões metropolitanas.

No Estado de Santa Catarina as regiões metropolitanas estão disciplinadas na Constituição do Estado de Santa Catarina, no artigo 114, sendo que a Lei Complementar de 104/1994 definiu os princípios a serem utilizados para a aplicação desse artigo, permitindo, inclusive, que um aglomerado de cidades que reúna 6% da população estadual poderia formar uma Região Metropolitana.

As Regiões Metropolitanas foram criadas pela Lei Complementar promulgada nº 495, no dia 26 de janeiro de 2010. Essa lei, conforme prescreve o artigo 2º, criou as seguintes Regiões Metropolitanas: a de Florianópolis, a do Vale do Itajaí, a do Alto Vale do Itajaí, do norte/nordeste catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, da Região Carbonífera, de Tubarão, de Chapecó, e uma décima que é a do Extremo Oeste e, no oeste, foi dividida também a Região do Contestado. Então são onze Regiões Metropolitanas no Estado de Santa Catarina, estipulando quais os Municípios que compõem essas onze Regiões Metropolitanas.

O censo do IBGE do ano de 2010 considerou e reconheceu as Regiões Metropolitanas catarinenses criadas pela Lei Complementar nº 495.

Para tanto, não basta apenas criar uma Região Metropolitana, ela precisa também ser implementada e instituída. Foi isso que nós fizemos, com esta Lei Complementar de número 636, de 9 de setembro de 2014, que institui a Região Metropolitana da Grande Florianópolis e a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis, que é a Suderf - que depois o representante vai aqui falar como está funcionando lá em Florianópolis -, região esta em pleno funcionamento, com CNPJ próprio e com toda a estrutura física, ela está instalada junto ao Centro Administrativo, se não me falha a memória, que está localizado na SC-401.

No ano de 2015, depois de muita insistência, conversando muito com o governo do Estado, preocupada com as demais regiões do nosso Estado, demos entrada em nove projetos de Lei Complementar para instituição das mesmas, sendo que o PLC de nº 0040.4/2015 trata especificamente da Região Metropolitana do Vale do Itajaí.

No corpo desta Lei Complementar, que alguns dos senhores já devem ter posse, ela institui a Região Metropolitana do Vale do Itajaí, e fica estabelecido que ela será composta por um núcleo, já detalhado pelo Deputado Ivan Naatz, e também a sua área de expansão. Essa região tem como sede o Município de Blumenau, que é o maior Município, além da sede do Município, também pelos Municípios de Indaial, Pomerode, Gaspar e Timbó.

Também vão integrar essa Região Metropolitana a área de expansão que são os Municípios de Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Botuverá, Brusque, Dour Pedrinho, Guabiruba, Ilhota, Luiz Alves, Rio dos Cedros e o Município de Rodeio, são dezesseis Municípios que fazem parte da Região Metropolitana do Vale do Itajaí. Essa região contemplará a integração entre o Estado e os Municípios para a efetiva execução das ações governamentais e os serviços de interesses comuns de forma regionalizada, resolvendo os problemas de forma integrada e as principais deficiências regionais - como também já foi mencionado pelo Deputado Ivan Naatz -, que é o abastecimento de água, da energia, da coleta de resíduos sólidos e da mobilidade urbana.

Nós tínhamos um problema aqui em Blumenau em relação à questão do transporte coletivo, que a meu ver ainda persiste. Mas agora em Gaspar estamos com outro problema, porque uma empresa não vai fazer o transporte coletivo de Gaspar. Se já estivesse funcionando a Região Metropolitana, não teríamos esses problemas só nas cidades, mas podemos resolver esse problema coletivamente; podemos atuar mais na prevenção, pois a nossa região sofre muito com enchentes, as calamidades públicas que atingem a Região do Médio Vale do Itajaí.

Então, a implantação dessa Região Metropolitana é de suma importância, por isso estamos a todo o momento provocando o governo do Estado, para que possamos aprovar essa lei complementar e fortalecer, a partir da realização, essas ações integradas e resolvermos os problemas das cidades da nossa região. É uma região diferenciada do Estado de Santa Catarina, os problemas são comuns para as cidades, inclusive com a criação dessa Região Metropolitana podemos ter recursos e financiamentos dos organismos internacionais, tais como: a questão do saneamento básico, a destinação do lixo, o tratamento e a distribuição da água potável, os transportes e as telecomunicações.

Existem inclusive questões que não cabem ao Estado, mas sim ao Município e nesse caso as Agências Regionais não podem fazer nada; antes eram as Secretarias de Desenvolvimento Regionais que também não conseguiam fazer nada. Então, com a criação da Região Metropolitana, os problemas comuns a gente pode resolver, podemos inclusive buscar recursos para resolver os problemas que tanto nos afeta, um exemplo é o problema das enchentes, como eu falei, que historicamente atinge os nossos Municípios e cuja solução depende da realização de obras e ações que envolvem os Municípios. Nem é o Estado, são os Municípios. Outro problema é a poluição dos mananciais de água, cuja solução pode ocorrer de forma conjunta com esses Municípios, por exemplo, os dezesseis Municípios que vão ser contemplados com a criação e implementação da Região Metropolitana.

A aprovação desse projeto e o efetivo cumprimento pelo Executivo estadual irá possibilitar inclusive aos Municípios uma melhor participação na busca de soluções para os seus problemas.

Nós entramos com esses nove projetos e estamos discutindo conjuntamente com o Secretário Nelson Serpa. Este projeto de lei complementar está com o Relator, Deputado Silvio Dreveck, que pediu um diligenciamento à Fecam, para que a Fecam também possa fazer uma consulta a todas as associações de Municípios. Por exemplo, a Fecam vai posicionar a Ammvi se ela é de acordo ou não com a implementação da Região Metropolitana, de acordo com o que está estipulado na lei. Essa consulta já foi feita pelo Deputado-Relator Silvio Dreveck e estamos esperando a resposta da Ammvi para podemos dar prosseguimento e colocar em votação no plenário daquela Casa Legislativa.

Eu acho que o processo é esse. Ele está andando de forma que estamos conversamos com vários Parlamentares. Interessante está audiência pública. Eu acho, Prefeito Serginho, que essa audiência pública já pode se posicionar ou não posicionar, concordar ou não concordar com essa lei complementar, para que a gente possa dar celeridade, assim como nós fizemos com a criação da Região Metropolitana da Grande Florianópolis, que foi votada por unanimidade. Eu estava presente quando foi votada, teve trinta e um votos favoráveis, nenhum discordando, e foi implementada a Região da Grande Florianópolis.

Essa é a que está mais avançada, a do Planalto Norte/Joinville, que o Deputado Darci de Matos está cuidando, e eu acho que este ano nós podemos concluir esse procedimento para até o final do ano implementar tanto aqui no Médio Vale do Itajaí, como no Planalto Norte, e depois as outras Regiões Metropolitanas do Estado de Santa Catarina.

Fizemos um bom debate há muitos anos atrás, quando ainda nem estava constituída a Lei de 2010, mas também acho que o momento está bem propício para darmos prosseguimento e fazer uma votação favorável. Todos os Parlamentares daquela Casa, os Parlamentares que representam a nossa região, Deputado Ivan, Deputado Ismael, Deputado Jean Kuhlmann, estão favoráveis. Tenho certeza que eles estão se esforçando para podemos chegar aqui até o final desse ano, na Ammvi, e dizer que foi criada a Região Metropolitana, nesses moldes para darmos prosseguimento a todos os nossos desejos e resolver os problemas que são pertinentes a todos os Municípios.

Era isso, Deputado Ivan, a nossa colaboração e fico para o próximo debate. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito obrigado, Deputada Ana Paula.

Com a palavra o Deputado Estadual Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL ISMAEL DOS SANTOS – Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar o Deputado Ivan Naatz, proponente desta audiência, a quem parabeno pela iniciativa e por emergir nessas informações, nesses dados, que de forma preambular já nos apresentou. Cumprimento a Deputada Ana Paula, que também vem há muito tempo hasteando essa bandeira no Parlamento catarinense; o Deputado Jean Kuhlmann, já discutimos isso nas velhas épocas de Vereador, aqui, em Blumenau; o Prefeito Serginho; e os demais membros da mesa, Prefeitos e Vereadores que prestigiam esta audiência.

De fato a Constituição de 1988, como foi bem colocado, delegou aos Estados essa prerrogativa das Regiões Metropolitanas, e como foi bem colocado aqui, tem uma série de vantagens e de virtudes, como - a partir do momento em que temos uma região, como a da Capital, já institucionalizada - a mobilidade urbana, - e vou acrescentar aqui apenas mais uma, Deputado Ivan Naatz, e a capacidade de financiamento que os Municípios passam a ter, quando efetivamente

tem uma Região Metropolitana. E, mais do que isso, eu acho que o que perpassa todo o debate desta audiência e das nossas discussões lá na Assembleia é a racionalidade de um planejamento intermunicipal. Quando começamos a planejar as regiões efetivamente trazemos conquistas e crescemos de forma adequada. Como dizia o velho poeta Goethe: tudo depende do plano. Então, o planejamento é fundamental e é a partir dessa perspectiva que nós vamos conseguir trazer qualidade de vida para toda a região.

Então, em síntese, faço essa abertura, Presidente, já pedindo licença para me ausentar. Eu acho que sou o avô mais fresco aqui da Casa, porque acabou de nascer, há dez minutos, uma neta e preciso ir lá, pois a minha esposa disse que se eu não for, ela já está com a carta de divórcio. Então eu vou ter de ir lá. Obrigado pela deferência. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Com a palavra o Deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JEAN KUHLMANN – Obrigado, Deputado Ivan Naatz. (Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.)

É uma alegria estar aqui, e quero parabenizar porque esse assunto é acima de tudo na vida prática do cidadão. A gente vai poder discutir esse assunto e vai perceber realmente que a criação da Região Metropolitana tem uma mudança nas questões pontuais da forma de tratar o cidadão e buscar soluções para eles.

Por isso, entendo a importância desse momento e acho que devemos ter um posicionamento oficial, não apenas, Deputada Ana Paula, da Alesc, mas como você mesma falou, e da população no sentido de avaliar essa criação da Região Metropolitana. Eu entendo, efetivamente, que, talvez, uma das maiores discussões seria a criação da estrutura. [Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé]

Ah, vai aumentar o gasto do governo. Por que não, talvez, a gente pode inclusive, Deputados, propor aqui para o governo do Estado e para a Casa Civil, já que em Florianópolis não existe mais a Secretaria Regional, que nos locais onde existe a Região Metropolitana, que ela possa justamente substituir a Agência de Desenvolvimento Regional?! E a própria Região Metropolitana, como é uma superintendência, pode ter uma estrutura dos Municípios da região que cuide da parte da saúde, da parte da educação, acrescentando a essa estrutura a Região Metropolitana.

Ou seja, o Estado não teria duas instituições de nível regional no mesmo local, permitindo então que as Agências de Desenvolvimento Regional trabalhem as regiões do Estado que não possuem Região Metropolitana, Prefeito Serginho, e nos locais onde existe Região Metropolitana eu entendo que não há necessidade de ter Agência de Desenvolvimento Regional, porque a própria Região Metropolitana pode substituir a existência dessa estrutura da Agência de Desenvolvimento Regional, aí acabaria que essa estrutura não se sobreporia a outra.

Então, essa é a sugestão, Deputada Ana, Deputado Ivan, quem sabe a gente poder acrescentar ao debate de que onde é criada uma Região Metropolitana ela também faça o papel da Agência de Desenvolvimento Regional, e aí automaticamente você não precisa ter no Estado duas estruturas para mesmo local. Porque também você criar a Região Metropolitana sem estruturar e sem dar condição efetiva de trabalho, vai se tornar algo apenas no papel, sem uma ação prática para a população. Então, você acaba reduzindo o custo do Estado e tornando a Região Metropolitana mais eficiente.

Essa é a proposta que eu quero agregar ao nosso debate.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Antes de passar a palavra, a assessoria solicita que aqueles que quiserem se manifestar que façam sua inscrição.

Com a palavra o senhor Sérgio Almir dos Santos, Prefeito do Município de Indaial, representando a Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí, Ammvi.

O SR. PREFEITO SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS (Indaial/SC) – Boa tarde a todos. É uma grande satisfação a Ammvi recebê-los aqui nesta data. Hoje sou o vice-presidente da nossa Associação, e a pedido do nosso presidente que não está em Santa Catarina eu estou aqui representando a entidade.

(Cumprimenta os integrantes da mesa e os demais presentes.)

A nossa Associação foi criada em 02 de agosto de 1969, há 47 anos, justamente porque os Prefeitos tinham grandes dificuldades de resolver os problemas dos seus Municípios, precisavam de um grupo de pessoas. Esse foi o intuito na época para a criação da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí.

Com isso, aqui vejo que a criação da Região Metropolitana contempla como plano de expansão, a princípio, o Município de Blumenau, que é a cidade-polo, Pomerode, Timbó, Gaspar e Indaial, mas num futuro ficam os demais Municípios da nossa Associação e também dois que não fazem parte, Ilhota e Luiz Alves. Não sei por que, na época, não fizeram parte da Ammvi, hoje poderiam fazer parte.

Com a criação da Região Metropolitana para nós, sem dúvida nenhuma, eu acredito que o Silvio Dreveck vai fazer a consulta para a Fecam e a Fecam vai fazer a consulta para a nossa Associação, mas eu acredito que nenhum Prefeito vai se manifestar contrário, até porque nós precisamos realmente... nós já criamos. A nossa Associação já criou vários mecanismos de os Municípios se ajudarem. Nós temos hoje diversos consórcios, entre eles o consórcio dos resíduos sólidos que ajudou muito os Municípios a resolver um problema de anos.

Para vocês terem uma ideia, hoje o Ministério Público com essa questão da preservação do meio ambiente, que é importante para nós... Eu sempre digo que sem energia elétrica a gente consegue viver. Claro, não iríamos ter este moço me filmando e nem o microfone para eu falar com mais clareza para vocês. Mas sem água nós não vamos conseguir viver. Isso é imprescindível e nós temos que realmente começar, já começamos, mas estamos atrasados, a preservar o nosso meio ambiente.

Muitas vezes, Deputado Jean, se critica o Ministério Público, mas eu tenho dito: o Ministério Público tem nos ajudado muito. Uma época se tinha o Ministério Público como opressor da classe política, dos Prefeitos, mas hoje ele tem mostrado - e nós, a classe política, amadureceu - que a gente pode realmente viver num ambiente sadio. Com isso o Ministério Público impõe algumas coisas, mas mais nos cobra a lei criada pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, são esses órgãos que aprovam a nossa Lei Maior, e o Ministério Público coloca que os Prefeitos façam cumprir as leis. Senão hoje a nossa região do Médio Vale, se ela não fosse criada, nós não teríamos mais mata nativa na região. Estaria todo desmatado e estaríamos em grandes dificuldades. Então, hoje as nossas ações se voltam para isso.

Eu falei do resíduo sólido. Há pouco tempo, vou dar um exemplo, nós temos dois lixões em Indaial, um na Polaquia e um na Mulde, com duas ações, uma ação penal e outra com uma proposta de TAC para recuperar... coisa que nenhum Prefeito pensou, bom, está lá tudo debaixo da terra. Não! O que acontece? Aquilo lá vai se produzindo, vai criando chorume, vai poluindo os nossos riberões, e nós temos que nos preocupar com isso. Alguma ação tem que ser feita para isso.

Mas para falar da Região Metropolitana, eu entendo que ela vai vir para nos ajudar, porque hoje, realmente, de Blumenau a Indaial, se você andar pela estrada velha, como eu falo, que é a Rua Doutor Blumenau com a Rua Bahia, você não sabe onde é Blumenau e onde é Indaial. Ali tem moradias, indústrias. E da mesma forma em Blumenau, se você pegar a Jorge Lacerda, você vai ver que Blumenau e Gaspar também se confundem. Senão colocar uma placa dizendo que ali é a divisa dos Municípios, quem vem de fora não sabe onde é Gaspar e onde é Blumenau. Nós sim porque conhecemos. E assim é com Pomerode e Timbó, é com Indaial e Timbó também, e os demais Municípios que estão aqui.

Agora, o que nós precisamos realmente é que isso saia do papel, que se transforme em lei pelo Governador e que se busque através disso, eu acho que a ideia do Jean é salutar, se nós temos a Região Metropolitana, porque ficamos com uma ADR em Blumenau, uma ADR em Timbó? Tem que se fazer um estudo para que isso possa ser unificado. E não há necessidade de continuar isso.

Mas o Deputado Ivan também falou que em Brasília tem uma sede das Regiões Metropolitanas onde há recursos. Ideias, todos nós, agentes públicos, temos para melhorar as nossas idades. O que falta muitas vezes é recurso. E hoje uma das coisas que nos angustia aqui é a questão da duplicação da BR-470, porque isso, na realidade, é de fundamental importância e seria um dos primeiros passos após a criação da Região Metropolitana, fazer o transporte coletivo integrado, sem dúvida nenhuma, para melhorar, para o nosso povo poder trabalhar em várias cidades.

O Deputado falou que em Blumenau tem a gastronomia, em Gaspar tem os hotéis, eu disse que em Indaial tem o povo que trabalha. Cada um tem a sua característica, tem o turismo, o lazer e o trabalho.

Um dos fatores primordiais hoje, porque Blumenau sente isso, Indaial sente, eu vou dar só um exemplo para vocês, os nossos trevos de acesso hoje, quando acontece algum acidente, a sujeira, tudo isso fica por conta do Município. Nós limpamos os trevos de acesso de

Indaial. Não é nosso serviço, mas se o Prefeito não faz o turista que passa por ali diz: pô, mas que cidade mais relaxada! Muitas vezes ele não entra na cidade. E com Blumenau acontece a mesma coisa, Gaspar também.

Então, nós temos que cuidar, eu não falo de Pomerode e de Timbó porque ficam mais distantes da BR-470, mas o acesso é o mesmo, nós precisamos realmente dar continuidade a isso, porque hoje a nossa BR não está sendo cuidada infelizmente.

E aqui a gente tem que fazer, eu não quero, mas temos que fazer uma referência, no governo, senão me engano, do Presidente Lula, eu não era Prefeito ainda, mas no meu primeiro mandato de dois em dois anos se fazia a recuperação da BR. Hoje não se consegue nem fazer um tapa buraco. Então, peço aqui aos Deputados, não são Deputados Federais, mas eu vi uma matéria esses dias no Jornal de Santa Catarina que à noite não dá mais para andar na BR-470, não tem mais nenhuma tinta, vamos dizer assim, para que o motorista possa andar com segurança. Claro, quem causa o acidente é o motorista, mas hoje nós podemos começar a culpar a BR-470, pela falta de sinalização, pelos buracos que tem. Isso tudo nos temos que ter em mente.

Então é um alerta, porque eu vi aqui que tem um orçamento de 24 milhões para recuperar a rodovia de Navegantes até Indaial, que não sei se consegue porque não pode só duplicar e deixar o leito da pista normal do jeito que está.

Acredito que com a criação da Região Metropolitana nós vamos ter mais força, Deputado Jean, Ana Paula e Ivan, para que a gente possa realmente fazer com que os recursos venham para cá e os Municípios possam trabalhar juntos no desenvolvimento de todos, porque o nosso Vale é bonito.

Hoje há uma maturidade muito grande da classe política. Não se pode dizer que todos são corruptos, que todos querem entrar na Prefeitura para desviar dinheiro. A grande maioria, eu tenho certeza, quer o bem da população. E aqui no Vale do Itajaí não é diferente, nós discutimos todos os meses, a Associação, os problemas, as deficiências que a gente tem, mas nós sempre vamos esbarrar num fator muito importante que é sempre a falta de recursos. Então, essa é outra briga que nós temos que começar a trabalhar dentro da Região Metropolitana, que é o Pacto Federativo.

Quero agradecer, dizer que a nossa Associação está à disposição para novas audiências públicas, novos debates, e tenho certeza que vai ser um ganho se todos estiverem com a mesma vontade de trabalhar e querer o desenvolvimento da nossa região.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Prefeito Serginho, muito obrigado pela presença do senhor aqui, enriquece muito o nosso debate, nos honra muito a sua presença e fortalece o desejo dos Parlamentares pela unanimidade da instalação da Região Metropolitana.

Registro a presença do senhor Andrei Capistrano, assessor parlamentar, representando o Deputado Estadual Serafim Venzon, e passo a palavra ao senhor Juliano Gonçalves Nascimento, Secretário de Planejamento Urbano, representando o Prefeito do Município de Blumenau, Napoleão Bernardes.

O SR. JULIANO GONÇALVES NASCIMENTO - (Cumprimenta os integrantes da mesa e os demais presentes.)

Deputado, muito propicia a sua colocação, e já foi explanado os motivos e as vantagens da implantação da Região Metropolitana pelos que me antecederam na palavra. Evidente que todos nós sabemos que muitas questões do processo de desenvolvimento realmente transcendem os limites dos Municípios. É assim com as questões de habitação, de saneamento, de prevenção a desastres, de preservação ambiental, de infraestrutura, enfim são questões que não podem ser evidentemente resolvidas por um só Município.

Nós temos aqui alguns exemplos, Deputados, que os senhores conhecem muito bem, os Deputados de Blumenau, e todos os senhores também da nossa região, por exemplo, assentamentos precários que abrangem regiões de Gaspar e de Blumenau simultaneamente. A maior parte está no Município de Gaspar e o acesso se dá pelo Município de Blumenau onde as pessoas frequentam.

Então esses são claros exemplos de que um Município, tanto o Município de Blumenau quanto o de Gaspar, não tem condições de sanar esse problema de regularização fundiária, de questão habitacional sozinho, é necessário evidentemente uma estrutura regionalizada.

Outros exemplos importantes aqui foram dados na questão do transporte e também muito bem lembrado pela Deputada Ana Paula na questão de prevenção a desastres que estão diretamente ligados ao processo de ocupação urbana, ao processo de desenvolvimento da nossa região e tem que ser evidentemente tratados no âmbito do planejamento urbano regional.

A questão de preservação, de fiscalização, enfim, todas elas evidentemente são muito importantes e devem ser tratadas num contexto maior.

Eu acredito que a grande preocupação dos Municípios é que a implantação da Região Metropolitana também venha com algumas questões não só de responsabilidades aos Municípios, mas também com autonomia de decisão da questão regional para as obras prioritárias, as ações prioritárias que devem ser implementadas e que muitas vezes são diferentes em outros regiões do Brasil e em outras regiões do próprio Estado de Santa Catarina. É também a questão da obtenção de recursos. Os problemas nós conhecemos e sabemos, são muitos. Nós temos demandas e passivos acumulados por décadas, até por séculos, Deputado Ivan Naatz, como o senhor bem sabe porque é especialista na área, como nas questões de habitação, de preservação ambiental, de prevenção a desastres, na regularização fundiária, entre outros.

Eu acredito que um grande passo é dado, como o senhor bem colocou e bem apresentou no início da sua explanação, que a formação de qualquer bloco tem um primeiro desafio e o primeiro desafio é a redução de desigualdades dentro do bloco. E já está um passo dado, portanto, que a nossa região já tem concepção de equilíbrio nas questões, conforme apresentado nos gráficos, e também tem as mesmas demandas, ou similares, bem como questões culturais, sociais e econômicas muito parecidas. Então esse passo é um passo importante que já se vê na nossa região para que a gente possa colocar projetos estratégicos realmente regionalizados.

Acredito que a implantação da Região Metropolitana de Florianópolis que efetivamente é a primeira que está implantada vai também trazer grande aprendizado para todos os Municípios de todas as regiões para que a gente possa conhecer quais são as demandas, quais são os desafios e quais são as proposições que os membros da Região Metropolitana de Florianópolis podem apresentar para que a gente possa avançar e não começar da estaca zero em outras regiões.

Muito obrigado, parabéns, Deputado, pela sua proposição, agradeço o convite e a oportunidade de fazer parte deste debate. Boa tarde a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Com a palavra Lanes Randal Prates Marques, diretor técnico da Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis, Suderf.

Agradeço imensamente sua presença aqui porque sem sobre de dúvida vai cumprir uma missão importante que é mostrar para Blumenau o que de fato a cidade já conseguiu instalar e que é o sonho da comunidade, pelo que se vê aqui, principalmente pelos Deputados presentes, a instalação da nossa região.

Muito obrigado pela presença do senhor.

O SR. LANES RANDAL PRATES MARQUES – Senhores membros da mesa, parabeno vossas excelências pela oportunidade de discutir com a sociedade este momento único que é a implantação de uma Região Metropolitana, e cumprimento os senhores e as senhoras aqui presentes pela participação efetiva. *[Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz] [Taquígrafa-Leiturista: Jacqueline de O V Bitencourt] (Cumprimenta os integrantes da mesa e os demais presentes.)*

(Utiliza imagens em PowerPoint para ilustrar a sua apresentação.)

As Regiões Metropolitanas têm um histórico nacional de longa data. Já na década de 1970, junto com um planejamento bastante tecnocrático, foram implantadas algumas regiões que ao longo do tempo apresentaram alguns problemas e que precisam ser solucionados. Um exemplo clássico é São Paulo, mas em outras localidades, como Curitiba, que era tida como uma Região Metropolitana de vanguarda, hoje acabou fragmentada porque foi mal implantada.

Com o passar do tempo não só as grandes metrópoles, mas o Brasil acabou dissipando uma quantidade grande de Regiões Metropolitanas, e Santa Catarina é clássica nesse ambiente, já que basicamente todo o Estado é dividido em 11 Regiões Metropolitanas, porque tem características favoráveis e algumas que nós precisamos discutir com os senhores. Então nós temos no Brasil inteiro 79 Regiões Metropolitanas implantadas, sendo que 11 aqui em Santa Catarina.

O que nós tínhamos de desafios, e aqueles que aqui falaram abordaram de uma forma bastante clara, ou seja, 7% do território brasileiro detém 50% da população. Esses aglomerados urbanos são muito significativos de acordo com o IBGE e concentram um déficit habitacional fantástico, problemas de saneamento, de abastecimento, de esgotamento são bastante fortes, questões de concentração de renda ficaram bastante claras – e a região dos senhores é uma região pujante -, e alguns problemas que não dizem respeito propriamente dito à região, mas, sim, aos aglomerados, que são as questões ligadas à segurança.

Com isso, o grande desafio seria essa integração política de fortalecimento. Daí eu quero deixar claro uma necessidade que os senhores já podem começar a discutir, que é ou a criação de consórcio, ou a criação de convênio interfederativo. Isso é absolutamente necessário, porque a Região Metropolitana só tem sentido se os senhores estiverem dispostos a abrir mão de determinadas competências. Região Metropolitana não é nem Estado, nem Município. O Município, dentro das suas autonomias, abre mão de algumas competências para a Região Metropolitana, o Estado abre mão de algumas competências para a Região Metropolitana e a partir disso existe esse processo de governança tanto horizontal quanto vertical para que o processo possa fluir.

Em Florianópolis nós optamos por convênio interfederativo, até por ser mais simples. O consórcio criaria uma nova figura, então além da Região Metropolitana nós tínhamos um novo ente que é formado pelo consórcio. O convênio interfederativo foi assinado pelos nove Prefeitos e agora estão sendo encaminhados para as Câmaras de Vereadores para serem ratificados. Essa é uma importante ação a ser feita, porque senão ele perde força, muito rapidamente ele pode ficar fragilizado. Quando ele é aprovado, ele pode ser tanto autorizado previamente quanto ratificado posteriormente pelas Câmaras de Vereadores, isso ganha força e dá possibilidade de perpetuidade a esses atos, até porque nós vamos obrigatoriamente fazer concessões e algumas ações têm prazo de validade de 20 anos, 30 anos, 35 anos. Então isso é importante.

Uma outra questão a ser discutida é quais as funções públicas de interesse comum. O que é isso? São aquelas ações que dizem respeito a saneamento, a mobilidade, a educação, a habitação, enfim, cada região tem as suas próprias funções, mas elas se diferem daquela função de caráter local que é do Município. Quando o Município tem uma ação local, ele mesmo, dentro da sua autonomia, se resolve; quando um Prefeito sozinho não consegue dar conta desse problema, aí, sim, surge essa função pública de interesse comum e há necessidade de uma implementação interfederativa para que essas ações possam ser tomadas. Depois, a instituição de mecanismo de suporte financeiro é o grande desafio, porque é muito difícil no momento atual buscar recursos em qualquer uma das esferas.

Então, basicamente essas ações são de criatividade. Nós vamos visualizar que nós não temos grandes fundos com possibilidade de acessar. O que nós estamos fazendo em Florianópolis? Nós estamos modelando processos de Parceria Público-Privada, inclusive remetemos à Assembleia Legislativa a proposta de um marco regulatório de PPP, e por quê? Santa Catarina foi inovadora, a lei de Santa Catarina é anterior à lei federal, mas hoje nós não conseguimos deixar de pé uma Parceria Público-Privada e com a ausência ou dificuldade muito grande de recursos públicos, nós estamos buscando nessa modelagem a participação da iniciativa privada junto com a iniciativa pública para solucionar questões, a exemplo da mobilidade.

Nós modelamos toda uma infraestrutura, um valor em torno de R\$ 1 bilhão para a Região Metropolitana. Se nós chegarmos para os Prefeitos e solicitarmos recursos, é óbvio que as Prefeituras estão com grandes dificuldades, então foram modelados, ou seja, Florianópolis conseguiu obter recursos do governo federal para a implantação de uma parte do sistema e nós estamos modelando com participação público-privada o restante dessa equação. Isso está trazendo um bom resultado.

Uma outra ação que nós estamos fazendo, daí estamos tentando buscar no processo de concessão, é o próprio transporte público, porque um Município, como por exemplo São José, se for licitar o sistema local a tarifa fica muito alta, e tarifa alta o que temos é ausência da população. Foi feito um Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis, que é inovador, um dos primeiros planos de mobilidade metropolitana, foi inclusive custeado pelo BNDES como uma modelagem nacional, através do qual se identificou claramente que em Florianópolis somente 24% usam transporte público, uma característica fácil de entender, já que o transporte

público demora o dobro do tempo do transporte individual. Então se você vai de um ponto a outro em trinta minutos com o teu veículo, você demora sessenta minutos com o transporte público. É claro que só vai ser atrativo o transporte público com uma infraestrutura adequada que dê facilidade.

Essas ações só encontram amparo se nós tratarmos isso enquanto Região Metropolitana. Quer dizer, um Município isoladamente... Por exemplo, se só São José fizer a sua licitação, como Florianópolis fez, a tarifa fica pouco atrativa. Agora, quando nós modelamos esse formato metropolitano com nove Municípios, é óbvio que nós temos condições de diluir essa demanda, fazendo com que os custos caiam. E a gente deixa de ver concorrência de linha municipal, intermunicipal. Antes, o próprio Deter tinha uma visão muito rodoviária, e agora nós já acordamos e falamos: existe o transporte local que é do Município, existe o transporte intermunicipal que é Deter e existe o transporte metropolitano.

Esse entendimento é absolutamente necessário, até na fala aqui dos Deputados isso ficou muito claro. Não tem sentido um cidadão sair de Timbó e não poder acessar o transporte público local de Blumenau. A população quer saber é de se deslocar de um ponto a outro, preferencialmente com menor custo e se possível ainda subsidiado.

Quer dizer, é importante ter essa visão e saber de onde vai tirar esse recurso, quem está disposto a abrir mão de determinada competência. Então esse é o grande desafio e isso se pode fazer, sim, mediante consórcio ou convênio interfederativo.

Nós temos aqui um marco que é relativamente novo, uma lei de 2015, acabou de sair do forno, que ainda está sendo tratada. Em Florianópolis, como a lei também é nova, a gente acabou ficando muito mais... é um processo mais moldável a essa legislação, ainda que nós já estejamos fazendo algumas propostas à Assembleia Legislativa para alterar a lei, porque a nossa lei é de 2014, e imediatamente em 2015 veio o Estatuto da Metrópole. E aí há uma necessidade inclusive de algumas competências de caráter executivo, porque senão o órgão metropolitano fica sendo sempre um órgão de planejamento e o que as pessoas precisam é ver algo concreto. Por exemplo, no sistema de transporte, de quem seria o poder concedente? Parece-me lógico que o poder concedente seria do órgão metropolitano, e para isso ele precisa ter essa característica de execução. [Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira]

Então, o Estatuto da Metrópole volta a falar muito fortemente dessas questões das funções públicas de interesse comum. E os senhores aqui numa audiência pública conseguem facilmente identificar quais seriam, ele traz um novo instrumento muito importante, que é o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado. Esse plano de desenvolvimento é tão importante que, após aprovado, os Municípios que pertencem à Região Metropolitana têm um prazo máximo de três anos para adequar seus Planos Diretores, ou seja, a autonomia do Município realmente diminui bastante, mas o Município abre mão em prol do desenvolvimento da região maior, e esses critérios de apoio à União são sempre um problema.

Quando o Estatuto da Metrópole foi criado, eles deram para nós um cheque sem fundo, porque foi previsto o Fundo Metropolitano na lei, só que foi vetado. Então nós não temos recursos metropolitanos de forma clara. É claro que existem recursos do governo federal, existem recursos do governo estadual, assim como existem recursos dos Municípios, mas a Região Metropolitana precisa ter essa criatividade.

E aqui, rapidamente, eu exemplifico a gama de possibilidades de funções públicas. O transporte público é claro, ele é um modelo mais lógico a ser implementado, mas nós temos emprego e renda, saneamento, educação, habitação, saúde, são dados importantes, cada região tem a sua característica. O próprio governo federal em um determinado momento tentou padronizar, mas as diferenças nacionais são muito grandes.

E o que se procura aqui é sempre uma gestão associativa, uma gestão associada, de forma que cada um possa implantar. Não será apenas com a criação da Região Metropolitana que o Município pode participar, ele tem que saber do que está disposto a abrir mão. Daí o motivo do convênio interfederativo seguido de um contrato de programa, quer dizer, cada Município abre mão das suas funções mediante o contrato com essa região.

No que diz respeito à questão de gestão plena, além da lei de formalização que está sendo proposta, nós precisamos discutir muito fortemente como se dará essa estrutura de governança entre a Região Metropolitana, Municípios e Estados, precisamos implantar o

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado e harmonizar essas questões de planejamento e gestão do território. E esse uso do solo é algo também que vai gerar uma grande polêmica. Então os senhores já fiquem preparados, porque cada Município tem a sua característica, ele entende como ele sobrevive, só que Região Metropolitana pode modificar essa compreensão, e o poder da Região Metropolitana é tão grande que, obrigatoriamente, os Municípios terão que adequar seus Planos Diretores àquilo que o Plano de Desenvolvimento Integrado Estabelece. Então, é importante ter essa visão muito associada daquilo que se pretende ao longo do tempo.

Aqui (*aponta para o slide*) um modelo clássico do uso do solo, transporte público, sistema viário, seguido do desenvolvimento social, do meio ambiente e do desenvolvimento econômico. Então, é um modelo que se implanta com importância enquanto gestão do território, e isso facilita a gestão da região.

Nós temos aqui (*mostra slide*) um modelo implantado de Florianópolis atendendo ao Estatuto da Metrópole de forma que existem órgãos colegiados em que participam os Municípios, existe uma instância normativa e deliberativa em que, além de terem representantes dos Municípios, existe uma forte representação da iniciativa privada por meio de instituições que representam a coletividade. Então nós temos CAU, Crea, OAB, Fiesc, Senge, Fetransesc, Granfpolis, Fecomércio e Floripamanhã. São nove entidades civis, o que dá uma possibilidade de debate dessas questões de funções públicas de interesse comum, permitindo uma maior atratividade, e daí, em regra, essas questões saem por consenso. Porque, quando não há consenso numa discussão de Região Metropolitana, é muito difícil estabelecer isso apenas por voto. Por que como o Prefeito vai ficar contrariado? Imaginem a Prefeitura de Blumenau contrariada numa decisão da região? Não dá, a gente precisa encontrar um caminho que seja de todos.

O próprio Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado não tem fonte de recurso, quer dizer, ou o Estado aporta recurso ou Estados e Municípios aportam recursos para deliberação desse plano. Ele acaba sendo custoso porque se um Plano Diretor já tem uma necessidade de um estudo profundo, um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado é muito mais profundo, até porque ele vai precisar captar todas essas questões regionais e distribuir ao longo do tempo como vai se desenvolver a Região Metropolitana. Então, se em Florianópolis já está implantado um Plano Metropolitano de Mobilidade, há também a necessidade nesse período de avançar no meio ambiente, avançar no saneamento, avançar em habitação, em educação, ou seja, existe aí um aprofundamento de ações bastante importante. Os investimentos devem ser bem qualificados, e daí a necessidade de buscar recursos, e a criatividade é que vai fazer esse processo se alongar.

Para que isso tenha vigor, é importante um sistema de informações metropolitanas, além do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. O Estatuto da Metrópole trouxe algumas sanções. Então se o Plano de Desenvolvimento Integrado não for aprovado em três anos a partir da criação do órgão metropolitano, o Governador e o gestor do órgão metropolitano respondem por improbidade administrativa. E aprovado o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, se os Prefeitos não adequarem os seus planos diretores, eles também responderão por improbidade no prazo de três anos se essa adequação não foi feita. Então é um processo muito amarrado.

Aqui (*mostra mapa*) temos Santa Catarina com as suas onze regiões metropolitanas. Esse (*aponta para mapa*) é o mapa da descentralização com as Agências de Desenvolvimento atualmente. E aqui uma característica muito rápida das áreas de atuação. Então Florianópolis tem essa característica bastante metropolitana, nós vamos conseguir entender como se dá esse movimento na Capital; Joinville tem um movimento importante; aqui temos Chapecó; em Blumenau fica bastante clara essa movimentação, essa criação natural da Região Metropolitana aqui.

Com isso, senhores, é importante destacar que o Estatuto da Metrópole trouxe alguns instrumentos. Além do Plano de Desenvolvimento Urbano, que eu já conceitei bastante, a possibilidade de se criar fundos públicos, a possibilidade de operação urbana consorciada, o que gera recurso, mas há uma necessidade também de pensar como vai ocorrer, qual é a participação da sociedade nessas operações urbanas integradas para a geração de solo, enfim, estabelecer essas questões ligadas a convênios e a consórcios. Ou seja, a Região Metropolitana é o primeiro passo, mas imediatamente a necessidade. Nós demoramos nove meses para conseguir assinar com

os Municípios o convênio interfederativo, e ainda estamos em discussão com os contratos de programa: compensação por serviços ambientais, o próprio processo de Parceria Público-Privada, são desafios bastante novos, trazem uma necessidade de união, e hoje a oportunidade é de discussão. E a partir dessa discussão colocar em ação aquilo que interessa aos senhores.

Parabéns pela iniciativa.

Muito obrigado, Deputado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito obrigado ao diretor técnico. A apresentação do senhor mostra os grandes desafios que teremos pela frente. Não é uma missão simples, é uma missão complexa, mas que precisa ser enfrentada, Prefeito Serginho.

Eu reafirmo, mais uma vez, agradecendo a presença do Prefeito de Dour Pedrinho, o Hartwig Persuhn, a presença de vossa excelência nos honra muito e engrandece o debate que a gente propõe aqui.

Encerrando esta fase, passamos às manifestações da plenária.

Concedo a palavra ao senhor Avelino Lombardi, representante da Acib. [Taquígrafa-Revisora: Ana Rita M. de Souza]

Logo em seguida, nos honrará a fala da professora doutora Claudia Siebert, cujo currículo apresentarei em seguida.

Com a palavra o senhor Avelino Lombardi, vice-presidente da Associação Empresarial de Blumenau (Acib).

O SR. AVELINO LOMBARDI – Boa tarde. Queria cumprimentar o Deputado Ivan Naatz pela iniciativa, bem como os demais Deputados. Nossa cidade tem um prazer muito grande em receber uma proposta dessas e nossa entidade, a Acib, já de antemão se coloca à disposição para participar no que for preciso.

No entanto, estamos preocupados porque temos um Estado hoje que é insuportável carregar de tão grande que é, e não há mais imposto para aguentar o tamanho deste Estado. Então nós não podemos criar uma estrutura, e fiquei contente hoje de escutar aqui que há uma preocupação com a otimização dos recursos que hoje já estão disponíveis dentro da nossa região. Isso é de fundamental importância.

Então, uma preocupação que eu quero externar primeiro é que não entendo uma região desintegrada. Nós precisamos, sim, que os esforços das cidades se somem uns aos outros, no sentido de que a população tenha uma condição de vida melhor - seja através da mobilidade urbana, seja através das ações do meio ambiente ou do saneamento básico. Isso precisa ser integrado, não é possível mais uma cidade pensar só nela, mas é preciso haver uma preocupação para não se criar mais estrutura de custo e, principalmente, não emperrar o processo de gestão dessa região. Porque quando você começa a criar uma entidade, você não pode criar dificuldades administrativas e burocráticas no sentido de que os projetos comecem a emperrar aqui e ali.

De qualquer forma, eu gostaria aqui de reputar o apoio da nossa entidade e dizer mais: que estamos à disposição para ajudar no que for preciso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito obrigado ao representante da Acib, nosso conhecido Lombardi.

Antes de chamar nossa próxima inscrita, eu apresento duas obras que foram escritas pela professora Claudia Siebert: esta é a primeira obra, "Rede Urbana do Vale do Itajaí". A professora doutora escreve há bastante tempo e defende o tema com muita prioridade. E esta é a segunda obra, "Desenvolvimento Regional em Santa Catarina – Reflexões, Tendências e Perspectivas". Além disso, há um compêndio de artigos publicados em revistas de reconhecimento nacional e internacional sobre o tema. Por isso a presença da professora doutora Claudia Siebert, que muito nos orgulha, a quem eu concedo a palavra.

A SRA. CLAUDIA SIEBERT – Obrigada, Deputado. (Cumprimenta membros da mesa e os demais presentes.)

Parabenizo os responsáveis pela organização desta audiência pública para tratar de um assunto de tamanha relevância.

Eu acho que é incontestável, não vai ter nenhuma voz aqui que se levante contra a importância do planejamento regional. O espaço não reconhece as divisões arbitrárias que nós colocamos sobre ele, separando um Município do outro, um Estado do outro, uma região da outra. O espaço é contínuo. As bacias hidrográficas são contínuas. E, com isso, os problemas que afligem os Municípios são contínuos e precisam ser resolvidos de forma integrada. Aqui foi falado de enchente, de transporte metropolitano - são exemplos, como o saneamento e o tratamento de lixo, de ações necessárias de serem pensadas além do nível municipal. Então, a gente não precisa chover

no molhado e continuar falando sobre isso, é consenso e estamos todos de acordo.

O que eu acho que está faltando um pouco nesta audiência - apesar da própria fala da Deputada Ana Paula e da apresentação muito boa do Lanes, que chegou a lembrar a criação das regiões metropolitanas na década de 1970 -, é um pouco de memória. Porque a sensação que eu tenho, talvez por já estar há vinte anos trabalhando com isso... Fui Secretária de Planejamento na Prefeitura de Blumenau, sentei na cadeira em que hoje a Juliana senta; trabalhei no governo do Estado com o Secretário de Planejamento Fernando Marcondes, quando o Vilson Kleinübing era Governador do Estado, quando as primeiras regiões metropolitanas de Santa Catarina foram criadas; dei muita aula na Furb, no curso de Arquitetura e Urbanismo, no Mestrado em Desenvolvimento Regional; participei de muitos eventos nacionais e internacionais discutindo essa questão, e parece que eu estou vendo o mesmo filme de novo.

Eu já participei de outros eventos sobre a criação da Região Metropolitana do Vale do Itajaí. Então, lembrando: o presidente da Associação dos Municípios lembrou que esta Associação que sedia hoje este evento foi criada nos anos 1960 e, desde então, de forma ininterrupta, tem trabalhado a cooperação intermunicipal. Independente da oficialização de regiões metropolitanas, a AMMVI, desde a década de 1960, faz planejamento regional, sim, faz consórcios intermunicipais, sim, e tem continuamente trabalhado na solução comum de problemas. Isso é algo que é exemplo para o País: trabalhar regionalmente. Esse histórico que Santa Catarina tem com as associações de Municípios, isso, sim, enche de orgulho Santa Catarina quando a gente apresenta trabalhos fora de Santa Catarina, no Brasil.

Nos anos 1970, durante o governo militar, as nove regiões metropolitanas que foram criadas, foram criadas de cima para baixo. Foram impostas. Os Municípios que integravam aquelas nove regiões metropolitanas não tiveram opção de participar, foi o governo federal que decidiu. A Constituição de 1988 mudou isso e transferiu aos Estados a atribuição de criar regiões metropolitanas - e parece que se esqueceu de definir critérios, simplesmente atribuiu aos Estados a criação das regiões, ficando livre para cada Estado fazer da maneira que quisesse.

E Santa Catarina fez a festa. Vocês viram no mapa que o Lanes mostrou, nós somos uma situação absolutamente atípica no Brasil, todo o território catarinense é coberto por regiões metropolitanas - quando a gente fala isso fora de Santa Catarina ninguém acredita, acha graça. É uma experiência realmente atípica no cenário nacional.

A professora Ana Paula fez um breve histórico - acho que a gente poderia complementar, Deputada. A Lei Complementar nº 104, de 1994, que criou os critérios de criação da Região Metropolitana - eu me lembro, trabalhava no governo do Estado na época, o Deputado Adelar Vieira encaminhou essa legislação, ela não foi de autoria do Executivo e, sim, do Legislativo -, definia o critério de 10% da população do Estado para criar a Região Metropolitana. Aí ela foi alterada em 1999, cinco anos depois, baixando esse patamar para 6% - isso meio que abriu as portas para todo mundo se encaixar. Em 1998 elas de fato foram criadas; começou com três, eram as três maiores cidades - Florianópolis, Blumenau e Joinville. Depois, em 2002, quatro anos depois, mais três - Itajaí, a região carbonífera de Criciúma e Tubarão -, e com isso a gente totalizou seis. Foi o primeiro capítulo desse cenário.

Depois elas foram todas revogadas. Quando, em 2007, foram criadas as SDRs, Santa Catarina deixou de trilhar o caminho das regiões metropolitanas e experimentou uma maneira diferente de trabalhar a mesma questão, que é o Planejamento Regional Integrado. E foi na linha das Secretarias de Desenvolvimento Regional, e revogou as regiões metropolitanas.

Mas elas foram criadas, elas tinham superintendentes - aqui, quem se lembra, Olinto da Silveira foi superintendente da Região Metropolitana de Blumenau, do Vale do Itajaí, Norberto Mette foi superintendente. Eles tinham o cargo, não tinham nenhum recurso, não tinham espaço físico para trabalhar, não tinham equipe... zero. Eles só tinham o cargo. Então, na prática, foi uma experiência que não trouxe nenhum resultado concreto.

Depois, em 2010, o filme recomeça, novo capítulo, sete regiões são criadas, em 2010 mais duas, com a alteração da lei, em 2012 mais duas, totalizando onze - aí a gente tem aquele cenário ali.

Essas onze regiões metropolitanas criadas ficam um tempo sem nenhum trabalho efetivo. Até que agora, num novo momento, em 2014, começa essa atividade da Região Metropolitana de Florianópolis. Mas ela começa com uma insegurança jurídica, porque ela institui a Região Metropolitana de Florianópolis de novo, sem desinstituir (sic) a

que tinha sido instituída em 2010. Então fica aquela insegurança jurídica. Como a Lei nº 495, de 2010, não foi revogada nominalmente, apenas revogadas as disposições contrárias, por exemplo, o Lanes mostra aquele mapa com as regiões existindo. E todos os estudos que no nível federal estão sendo feitos sobre Santa Catarina estão considerando que aquela lei de 2010 está em vigor.

Então esse é o primeiro alerta que eu gostaria de fazer, já que a lei recria, por uma terceira vez, a Região Metropolitana do Vale do Itajaí – não é um fato tão novo assim, é a terceira vez que ela está sendo criada. Por isso talvez fosse bom, por uma questão de segurança jurídica, mencionar textualmente nas disposições finais uma revogação parcial da Lei nº 495, de 2010, no que diz respeito à Região Metropolitana do Vale do Itajaí, até porque a composição dos Municípios é diferente e não dá para ter duas leis em vigor, com duas regiões metropolitanas do Vale do Itajaí, com duas composições diferentes. Isso é um cuidado que a gente precisaria ter.

Nesse tempo todo não houve planejamento. Então, o que assusta um pouco é essa percepção, até o saber se é da Região Metropolitana ou não é. Com a aprovação do Estatuto da Metrópole, o Ipea, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com sede em Brasília, recebeu a incumbência de fazer um levantamento das regiões metropolitanas do Brasil. Eu fui contatada como a pessoa para fornecer informações, e fiz um contato capilarizado com cada uma das regiões para que os questionários fossem distribuídos. Na resposta dos questionários, que perguntavam se existia equipe técnica, se tinha Plano de Desenvolvimento, alguns Municípios do oeste do Estado responderam que não sabiam que faziam parte de Região Metropolitana - para vocês terem uma ideia de como isso às vezes parece uma obra de ficção, que existe legalmente, mas não existe na prática, a ponto de o próprio Município que faz parte de uma Região Metropolitana não saber disso.

E, de repente, com o Estatuto da Metrópole aprovado agora, em janeiro deste ano, aquele Município que nem sabia que fazia parte de uma Região Metropolitana descobre que se em três anos não fizer o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, como o Lanes colocou, o Prefeito incorre em risco de improbidade administrativa. E cadê o recurso para fazer o Plano? Não existe, porque também, como o Lanes colocou, foi vetado no Estatuto da Metrópole.

Então, outro cuidado que a gente tem que ter é o seguinte: o Estatuto da Metrópole, no artigo 15, diz assim: “A Região Metropolitana instituída mediante lei complementar estadual que não atenda o disposto no inciso VII do *caput* do art. 2º desta Lei será enquadrada como aglomeração urbana para efeito das políticas públicas a cargo do Governo Federal”, e os critérios que constam no Estatuto da Cidade deixam bem claro que uma Região Metropolitana é aquela que tem uma metrópole, e uma metrópole é aquilo que segue o critério do IBGE – e Santa Catarina não tem nenhuma metrópole, pelos critérios do IBGE.

Traduzindo, isso quer dizer o seguinte: que aquele cofre, Deputado Ivan Naatz, que estaria supostamente nos esperando em Brasília, talvez seja uma miragem. Primeiro, porque o Fundo de Desenvolvimento foi vetado pelo governo federal; e segundo, porque caso esse Fundo um dia venha a ser criado, talvez a gente não possa acessá-lo, porque apesar de nós termos autonomia para criar Regiões Metropolitanas, se essas Regiões Metropolitanas não atenderem os critérios do Estatuto da Metrópole, serão consideradas, por parte do governo federal, aglomerados urbanos. Nós podemos chamá-las de Regiões Metropolitanas, sem problemas. Nós podemos pintar nosso mapa de Santa Catarina inteiro com Regiões Metropolitanas, a gente já vem fazendo isso há vinte anos – o efeito prático será nenhum se a gente não se adequar aos critérios da legislação federal.

Então, com esses dois alertas eu encerro a participação, mas deixando bem claro: eu sou uma defensora do planejamento regional. Eu acho que é isso de que a gente precisa, e a Universidade Regional de Blumenau e o curso de Arquitetura e Urbanismo estão à disposição da AMMVI, como sempre estiveram da Região Metropolitana, para atuar de forma conjunta com o planejamento regional. Mas eu acho que a gente tem que ter o cuidado de não se iludir em relação a possíveis recursos, nem imaginar que uma nova lei que recria, por uma terceira vez, uma Região Metropolitana, vá fazer diferença caso não haja, de fato, um trabalho técnico, não apenas político. Claro que o trabalho político é fundamental para que o trabalho técnico possa ser feito, mas é preciso se espelhar e se inspirar no que a AMMVI vem fazendo de forma contínua desde os anos 1960. Aí, sim, a gente vê continuidade do processo. Porque esse fluir e refluir das Regiões Metropolitanas nos últimos vinte anos não trouxe de fato, até hoje, o resultado concreto que a associação dos Municípios tem trazido nesse período.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Professora, a senhora poderia nos ajudar no debate. Por exemplo, eu gostaria de ouvir a senhora porque há um debate, na Geografia, de que a região não poderia se chamar região do Vale do Itajaí, mas deveria chamar-se pela cidade metrópole.

A professora Mansur, doutora em Geografia, também da nossa Universidade, mandou-me um *e-mail* alertando com relação à nomenclatura. Segundo ela, a região tem que ter o nome da metrópole, por quesitos de geografia, que é a área de especialização da doutora Mansur.

A senhora vê algum problema?

A SRA. CLAUDIA SIEBERT – Não, não. Legalmente, não tem que ter o nome da metrópole. O único problema é que provavelmente Itajaí vai ficar com cúmes, porque eles vão ter que ser a região da Foz do Itajaí.

Mas existem outros casos: a região do ABC, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ótimo, muito obrigado.

Para ver como as pessoas estão atentas a esse tema. E o papel do político é esse, nós é que somos responsáveis por abrir esses canais e apresentar a resolução desses desafios que a gente tem pela frente. Como eu disse anteriormente, não estamos diante de uma tarefa fácil – ela avança lentamente, mas agora a nossa missão, como agentes políticos, é fazer avançar o debate sobre o tema.

Eu gostaria de consultar se o Lanes gostaria de falar a respeito.

O SR. LANES RANDAL PRATES MARQUES – Bom, eu acho que a participação da professora é bastante importante, até porque o debate se qualifica a partir de posicionamentos, de tese e antítese. Aí, ao final, a gente busca a síntese, que é o objetivo maior de uma audiência pública.

O que é importante salientar, por exemplo, são as questões do IBGE. O IBGE, já no seu próximo atlas dinâmico vai considerar Florianópolis uma metrópole. Quanto às questões do Ipea, estamos num trabalho conjunto muito importante abrangendo uma visão multiescalar, até para podermos definir essas novas áreas, os reordenamentos territoriais, porque quando foram criados originalmente era sempre numa visão quase que individual de um técnico que estudava a região. Isso modifica muito fortemente ao longo do tempo, e até a participação dos Municípios abre uma oportunidade melhor de conhecer e fazer esses arranjos econômicos com caracterizações melhores dos ambientes que se estabelecem na Região Metropolitana.

Acho que, sobre a síntese, o que a gente pode falar é o seguinte: recursos disponíveis em larga escala nós não vamos encontrar nunca. [Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato]

Acho que o grande papel do administrador público é gerir a escassez, e ele tem que gerir essa escassez com inteligência e criatividade. O que nós temos, sim, é a oportunidade de abrir uma gestão associativa, uma gestão associada com os Municípios. Esse é o grande desafio. Até o próprio Estatuto da Metrópole traz instrumentos bastante fortes, que é o convênio, a possibilidade do consórcio, o contrato de programa, ações mais fortemente tocadas. Isso nós devemos fazer, e o quanto antes.

Se os senhores têm funções públicas de interesse comum, há necessidade de começar a olhar e a entender o que cada um está disposto a abrir mão e quem vai gerenciar esse processo. E a partir daí, com muita criatividade, buscar recursos, que de alguma forma existem, seja na iniciativa pública, seja na iniciativa privada, porque o desenvolvimento urbano vai acontecer, numa escala maior ou menor, e aí está o desafio que todos nós temos em Regiões Metropolitanas.

Então aí está a importância da tarde de hoje, quando temos a oportunidade de discutir formas mais inteligentes sobre aquilo que foi feito no passado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito obrigado.

Mais uma vez agradeço a presença da Vereadora Aurora Coelho, de Indaial, que sempre nos recebeu com muito carinho, a exemplo da última semana, quando lá estivemos para convidar os representantes de Indaial para esta audiência. A presença de vossa excelência nos orgulha muito.

Com a palavra o último inscrito, senhor Alexandre Barbieri, cidadão de Blumenau.

O SR. ALEXANDRE BARBIERI – Boa tarde a todos. Como cidadão de Blumenau, eu entendo que toda essa movimentação em

prol da criação da Região Metropolitana tem o objetivo de melhorar a vida de todos os cidadãos.

Foi colocado inicialmente sobre o Índice de Desenvolvimento Humano da nossa região, que está entre os melhores do Brasil... Eu não agradeço, mas quero parabenizar a iniciativa do Deputado Ivan Naatz e de toda a mesa.

Eu acredito que esta audiência vai fazer uma diferença em relação ao que não foi feito nos últimos vinte anos, como a professora bem falou, que tem medo do histórico, de isso não acontecer, mas a gente está no momento de desenvolvimento humano muito grande. Então é importante que cada um de nós esteja cada vez mais empenhado em resolver os problemas comuns, porque o seu problema vai ser o meu problema também.

Então, se a gente conseguir essa integração, essa colaboração que já está se mostrando lá na região de Florianópolis, se a gente conseguir fazer isso aqui em Blumenau, toda a população da Região Metropolitana de Blumenau ou do Vale do Itajaí - a nomenclatura aqui não é o mais importante, o que é mais importante neste momento é que a gente obtenha desenvolvimento - vai se desenvolver e obter a solução dos anseios daquilo que nós buscamos e do que os nossos descendentes buscarão.

Parabenizo mais uma vez a iniciativa de todos os Deputados envolvidos, dos Prefeitos representados, do Prefeito de Indaial, de todos os Prefeitos presentes, e do diretor técnico da Região Metropolitana da Grande Florianópolis.

Era isso o que eu tinha para falar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito obrigado, Alexandre, e agradeço a sua presença.

Às vezes a gente faz os eventos, chama a comunidade e ela comparece. O Ramires está sempre presente às audiências, sempre participando, sempre que tem um evento o professor Ramires está conosco, muito legal isso. Parabéns.

Também registro a presença do senhor Carlos Bogoni, da Codesc, e informo que ele fez a entrega à Deputada Ana Paula, à mesa, da nominata do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Itajaí, e vejo aqui listadas pessoas importantes, como o ex-Prefeito Décio Lima, o Senador Dalírio Beber, o Ronaldo **Baumgarten, e também entregou um relatório, sobre o qual a professora Siebert falou, do histórico de como todas as Regiões foram funcionando, foram se modificando, foram incluindo. Esse material será anexado aos documentos da Comissão.**

Muito obrigado pela presença do senhor.

Não havendo mais inscritos, passaremos a palavra aos membros da mesa para as considerações finais.

Com a palavra a Deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL ANA PAULA LIMA – Obrigada, Deputado Ivan, proponente desta audiência pública.

Quero dizer, Secretário Juliano, da Prefeitura de Blumenau, Lanes, que representa a Região Metropolitana da Grande Florianópolis, Prefeito Serginho, senhores e senhoras, é preciso levar em consideração a fala da professora Cláudia, uma estudiosa do assunto, debate há muitos anos essa questão, até pela sua fala sobre o estudo jurídico dessa revogação da 495, mas o IBGE, professora, já reconheceu algumas Regiões Metropolitanas de Santa Catarina. A legislação sobre a qual nós fizemos essa lei complementar vai oficializar o que os Municípios aqui já fazem, é para isso que a gente está fazendo.

A exemplo da Grande Florianópolis, que já deu um passo significativo, a exemplo da sua luta e de outras pessoas que há muitos anos vêm debatendo esse tema, eu acho que nós estamos muito perto de oficializar esse debate e construir aqui a Região Metropolitana do Vale do Itajaí, com todas as considerações que a senhora levantou e que a gente pode estar estudando.

Eu gostaria, Prefeito Serginho, que aqui representa a Ammvi, que a Ammvi não esperasse o ofício da Fecam, mas já desse um parecer depois desta audiência pública, do grande debate que já travamos aqui há longos anos nesta casa, que ela pudesse se posicionar para que o Relator, pelo menos na questão da Região Metropolitana do Vale do Itajaí, já possa ter a sua posição, independente dos outros projetos que estão tramitando na Casa. Eu acho que vai agilizar significativamente para que durante este ano a gente já possa, Deputado Ivan, aprovar este projeto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito obrigado, Deputada Ana Paula. Em nome da comunidade de Blumenau

agradeço o esforço de vossa excelência. Fiquei muito feliz de chegar na Assembleia Legislativa, procurar o tema e constatar que vossa excelência tem trabalhado diuturnamente na defesa dessa matéria, muito mais até do que eu acreditava que já estivesse caminhando.

Então, em nome da comunidade de Blumenau, dos nossos Municípios da região, agradeço imensamente o esforço que vossa excelência tem feito para implementar em definitivo a Região Metropolitana do Vale do Itajaí.

Com a palavra o Prefeito Sérgio Almir dos Santos, de Indaial.

O SR. PREFEITO SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS (Indaial/SC)

– Eu gostaria de agradecer a presença de todos, pois para a Ammvi é sempre um prazer poder receber autoridades e o público da nossa região.

O Secretário de Planejamento de Blumenau já participou, vai levar com certeza as informações para o nosso Prefeito Napoleão, que também está interessado na questão, e nós vamos já comunicar o nosso presidente, o Fernando, e provavelmente na próxima reunião da Ammvi...

Cada Prefeito tem a sua ideia, o seu pensamento, e tenho certeza que todos nós queremos o bem das nossas cidades e da nossa região. É claro que cada cidade tem o seu Plano Diretor, tem o seu pensamento político de desenvolvimento, mas hoje há coisas que nós temos que pensar coletivamente. Esses dias nós estávamos discutindo que não adianta Blumenau fazer a rede de saneamento básico se Gaspar não faz, se Itajaí não faz, se Ilhota não faz, se Indaial não faz, se Rio do Sul não faz, se Ibirama não faz, porque o Rio Itajaí pega toda essa bacia e ele está muito comprometido. Então, essa é uma das questões fundamentais que a gente tem que ver.

Mas eu vou passar e tenho certeza que quando a Ammvi foi criada, ela assim o foi com o intuito de resolver os problemas regionais, mas claro que com muita cautela, até porque os Prefeitos, hoje, têm que ter cautela. E quando se falou aqui de improbidade administrativa, todo mundo fica de orelha em pé, afinal, eu não vou administrar, mas eu vou responder a um processo de improbidade? [Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira]

Portanto, essa é uma questão que tem que ser amplamente discutida, mas vindo para resolver os problemas regionais, os problemas macro da nossa região, eu acredito que isso terá o consenso de todos nós, Prefeitos. Então, eu vou levar para eles, Deputado, o que aconteceu hoje aqui. E aí nós vamos debater e com certeza teremos uma posição favorável para o debate, como falaram todos os que se pronunciaram aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito obrigado, Prefeito Serginho, de Indaial, que praticamente tem 100% de esgoto tratado com verba pública. É do povo, mas não é público. Por exemplo, aqui não é público. O senhor foi 100% público, nós aqui fizemos com 100% do dinheiro do povo, o lucro é que ficou para os bancos.

Queria registrar os parabéns por vossa excelência ter feito esse desafio, e nós, que somos ligados ao desenvolvimento regional, quando encontramos um Município com índice de tratamento de esgoto como tem em Indaial e feito com dinheiro público é a prova de que dá para fazer, que tem condições de fazer.

Então é uma referência que faço a vossa excelência, em seu Município um começou e o senhor disse que terminou, mas o Município é que tem esse prêmio, essa conquista regional.

Para as conclusões finais, passo a palavra ao senhor Juliano Gonçalves Nascimento.

O SR. JULIANO GONÇALVES NASCIMENTO — Muito obrigado.

Nas apresentações colocadas aqui com muita propriedade, tanto pela Deputada Ana Paula, pelo Deputado Ivan Naatz, também pelo nosso diretor da Superintendência de Florianópolis, Lanes Prates, como pela explanação da plenária, os benefícios ficam muito claros. Mas a preocupação, como colocou o presidente da Ammvi e o Prefeito, os Municípios vão ter determinados ônus, e que não venham somente os ônus, evidentemente precisamos as estruturas para que os Municípios que hoje já estão sobrecarregados de obrigações possam efetivamente cumprir com as metas desejadas, cumprir com o processo de desenvolvimento regional.

O Lanes também citou a questão da inovação. Eu acho que é importante, também temos feito isso recentemente em Blumenau com muita propriedade, são alternativas de obtenção de recurso, de aplicação de recurso, as próprias outorgas, as concessões e as parcerias que temos conseguido viabilizar, inclusive ampliações de parques, de praças, enfim, muitas ações nesse sentido, que vêm ao

encontro também do que Florianópolis colocou aqui da inovação, da criatividade dos Municípios da região para que também possamos vislumbrar essas alternativas.

Então, para finalizar, cumprimento a Deputada Ana Paula pela proposição, o Deputado Ivan Naatz pela proposição desta audiência pública, acho até que se avançou muito nessa questão porque os pontos de convergência praticamente são muito altos da importância dessa instituição da Região Metropolitana.

Temos sim que superar os gargalos, aprender aqui com Florianópolis para que a gente efetivamente possa avançar sem prejuízo aos Municípios, muito pelo contrário, com ganho de toda a região e de todos os Municípios da nossa cidade e da região.

Parabéns, Deputado Ivan.

Agradeço pela minha participação nesta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Obrigado, Secretário Juliano, pela sua presença. Vossa senhoria tem feito um grande desafio apresentando o Plano de Mobilidade da cidade e o Plano Diretor, tem enfrentado grandes audiências públicas. Parabéns pelo trabalho que vossa senhoria faz para a comunidade de Blumenau.

Passo a palavra ao senhor Lanes Randal Prates Marques, para suas considerações finais.

O SR. LANES RANDAL PRATES MARQUES — Só tenho que parabenizar pelo evento, a participação da população que aqui se faz representar é essencial. Nós temos um grande trabalho pela frente, Florianópolis fica à disposição para aquilo que for necessário apoiá-los, seja com a experiência, seja com aquilo que já foi desenhado como instrumento jurídico dentro daquilo que o Estatuto da Metrópole traz: o planejamento regional, o desenvolvimento urbano é bastante necessário e se faz com muito trabalho.

Fico bastante feliz quando ouço que o objetivo é a melhoria da vida do cidadão, isso é um objetivo procurado por todos. Por todos os indicadores positivos que a região tem, vocês estão de parabéns, continuem nesse trilhar e contem conosco para aquilo que pudermos ser útil nesse desenvolvimento com vistas a um futuro melhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivan Naatz) — Muito obrigado. Mais uma vez agradeço a presença do senhor aqui que abrihantou demais o evento.

Quero agradecer imensamente aos funcionários do meu gabinete, que não mediram esforços para que a gente pudesse realizar este evento com a rapidez que era necessária; também aos Deputados Fábio Flor, Dalmo Claro, Julio Ronconi, Cesar Valduga, Deputado Manoel Mota e Luciane Carminatti, os quais autorizaram pela Comissão a realização desta audiência, eles compreenderam a necessidade que ela fosse aprovada com brevidade; aos funcionários da Assembleia Legislativa pelo brilhante trabalho que fazem em defesa do povo de Santa Catarina juntamente conosco.

Senhores, eu combinei aqui com a Deputada Ana Paula de que ela, através do seu gabinete, deve enviar uma correspondência à Ammvi, tratando dos dados, da lei, de fato do que precisa ser feito para que a gente receba o mais rápido possível essa resposta e possa definitivamente colocar o projeto em votação. Pelo que me parece, é o que surge.

O planejamento intermunicipal, como muito bem falado aqui, a estrutura do funcionamento, Lombardi, tem custo, o serviço público tem custo, e, às vezes, a gente faz o raciocínio de que vamos criar mais isso, mais aquilo, mas esse pensamento nos coloca na situação que nós estamos. Porque o senhor sabe, Florianópolis já tem a sua superintendência instalada, enfrentando seus desafios, lá tem um superintendente, vai ter um diretor técnico muito profissional, como a gente pode ver aqui, lá tem a estrutura funcionando, eles estão trabalhando para resolver o problema deles, enquanto nós aqui estamos sempre discutindo o custo disso. Enquanto nós perdemos o tempo discutindo o custo das nossas realizações, outras regiões estão se aproveitando da sua capacidade de interlocução e de conversas para apresentar a solução para seus desafios.

Florianópolis trouxe agora para a Secretaria de Planejamento o Cássio Taniguchi, que vai contribuir e muito para o debate nos desafios da Região Metropolitana de Florianópolis. Então, talvez, essa questão do custo e do benefício não deveria nem ser comparado porque é através dessa estrutura que eles vão enfrentar os desafios deles e vão conquistá-los. E se nós enfrentarmos esse custo, a gente não caminha, como falou a professora, a gente não evolui e efetivamente não implementa o plano.

Então, muito obrigado pela presença de vocês. Esta audiência foi muito produtiva, eu me orgulho muito de ter participado

deste momento importante, porque eu tenho certeza, professora Cláudia, até o final do ano, até metade do ano que vem, nós estaremos efetivamente com essa região instalada.

A proposta do Deputado Jean Kuhlmann também pode ser apresentada junto ao projeto de lei de que a estrutura se incorpore à SDR, ou melhor, ou à Agência, que é o nome atual da Secretaria de Desenvolvimento Regional — a Deputada Ana Paula me disse aqui que não funciona.

Queria dizer que a presença de vocês nos orgulhou muito, acho que foi uma tarde muito produtiva para o Vale do Itajaí, em especial para a Região Metropolitana do Vale do Itajaí.

Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente audiência pública. Muito obrigado. [Taquígrafa-Revisora: Ana Rita M. de Souza] (Ata sem revisão dos oradores.) [Leiturista: Dulce M da Costa Faria] [Leiturista final: Ilka Maria Fretta]

**DEPUTADO ESTADUAL IVAN NAATZ
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

*** X X X ***

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

Aos treze dias do mês de julho de dois mil e dezesseis, às onze horas, na Sala de Reunião das Comissões, sob a Presidência do senhor Deputado Dr. Vicente Caropreso, com amparo nos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde, referente à 2ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Foram registradas as presenças dos seguintes Deputados: Dr. Vicente Caropreso, Dalmo Claro, Fernando Coruja, Cesar Valduga e José Milton Scheffer. Havendo quórum regimental, o Deputado Dr. Vicente Caropreso abriu a reunião e submeteu à apreciação a Ata da 7ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. CORRESPONDÊNCIAS E OUTROS DOCUMENTOS RECEBIDOS: Respostas da Secretaria de Estado da Saúde aos Pedidos de Informação: 060.9/2016, 063.1/2016, 064.2/2016, 065.3/2016, 074.4/2016 e 075.5/2016. O Deputado Dr. Vicente Caropreso solicitou que o assessor técnico Dr. Celso Dellagiustina resumisse ao colegiado os pareceres que exarou sobre as respostas aos PICs, lendo a pergunta inicial e sua conclusão final sobre cada um deles, para que os presentes pudessem avaliar e deliberar sobre o conteúdo. Com a palavra, o Dr. Celso Dellagiustina apresentou análise sobre resposta da SES ao Pedido de Informação **060.9/2016**, a respeito dos mecanismos que o Estado utiliza para calcular o percentual de resolutividade da atenção básica, uma vez que a literatura preconiza que este deva estar entre 70% a 80%. Destacou que a resposta veio com dados extremamente técnicos, que são os critérios do Ministério da Saúde, e não respondeu a indagação dos Senhores Deputados, que perguntaram se a SES tem algum controle de por que existem filas se os graus de resolutividade chegam a 70%. A segunda pergunta foi em relação a o que o Estado está fazendo para diminuir as internações da atenção básica que poderiam ser resolvidas em nível hospitalar. O Dr. Celso Dellagiustina apontou que também não há nenhum trabalho nesse sentido por parte da SES. O Deputado Dr. Vicente Caropreso passou a palavra ao Deputado Fernando Coruja que destacou que atenção básica sem capacidade de resolutividade torna o sistema ineficaz e que, em virtude de problemas de gerenciamento, faltam informações e dados do Sistema Único de Saúde em Santa Catarina. Com a palavra, o Deputado Dalmo Claro destacou que a SES deve criar critérios mais objetivos e sintéticos, para que os gestores e os órgãos fiscalizadores possam ter ideia e parâmetros para que se crie uma situação de aprimoramento, eliminando gargalos. O Deputado Dr. Vicente Caropreso citou o momento político do país, destacou que o país vive uma crise financeira grave por má condução da coisa pública e reforçou a necessidade de se criar índices para tudo, pois é preciso saber o custo das coisas. Como encaminhamento, o Deputado sugeriu que a comissão envie uma contrarresposta à SES, salientando a necessidade imperiosa de saber monitorar os gastos públicos, bem como a gravidade da não resposta e necessidade de prover a administração desses índices. Em seguida, passou a palavra ao Deputado José Milton Scheffer, que salientou a importância do tema da resolutividade do sistema de atenção básica, pois é grande o volume de recursos investidos nessa área e se disse surpreendido com o fato de a Secretaria de Estado de Saúde e dos órgãos controladores não medirem a eficiência. Frisou que a comissão deve continuar debatendo o tema, as respostas da SES não satisfazem e é preciso evoluir até

chegar a um sistema de controle de avaliação da qualidade e da resolutividade do serviço público na atenção básica. Prosseguindo as análises, o Dr. Celso Dellagiustina passou ao Pedido de Informação **063.1/2016**, em que a Comissão de Saúde solicita informação sobre o Laboratório Central de Saúde Pública do Estado de Santa Catarina, o LACEN, perguntando quais as suas atribuições atuais, se existe demanda reprimida de exames - se sim, quantos - e se existe demanda reprimida com relação ao teste do pezinho, se sim, quantas e qual a causa. Sobre as respostas, Dr. Celso diz que as atribuições foram todas descritas e estão de acordo com uma Portaria Ministerial, que versa sobre a obrigação dos laboratórios, mas ressalta que uma das atribuições não está sendo cumprida a contento, de acordo com as queixas dos municípios: o controle do programa do SISAGUA, que o LACEN tem a responsabilidade de realizar os exames de potabilidade da água proveniente das amostras dos municípios e que muitas vezes os secretários municipais precisam recorrer a outros laboratórios, principalmente de universidades, tendo que arcar com os custos. A segunda pergunta, de acordo com o Dr. Celso Dellagiustina, não foi respondida, mas a terceira resposta deixa clara a existência de uma demanda reprimida em relação ao teste do pezinho. Salientou que a SES alega problemas de insumo para a realização dos testes do pezinho, os mesmos problemas que estavam em uma nota técnica da própria Superintendência da Vigilância Sanitária, de fevereiro. Disse que, na época, em contato particular, o superintendente Wiston relatou que a demanda reprimida era de 50 mil exames, portanto: se de fevereiro até agora o problema não foi resolvido, o número pode ser multiplicado por cinco, resultando em 250 mil exames reprimidos. Destacou, por fim, que a não realização do teste do pezinho no prazo correto pode trazer riscos incalculáveis à saúde pública e sugeriu que se faça uma representação junto ao Ministério Público e autoridades competentes. Em seguida, o senhor Presidente Deputado Dr. Vicente Caropreso passou a palavra ao Deputado Dalmo Claro, que manifestou grande preocupação com o LACEN, por não vir cumprindo suas tarefas e atribuições, e exemplificou citando que o LACEN não tem conseguido fazer a dosagem de três medicamentos/ano para avaliar se contém os princípios ativos dados pela bula, não consegue realizar o exame do SISAGUA e, o mais dramático, em sua opinião, o teste do pezinho, que, se não diagnosticado muito precocemente, a cada mês que passa se terá lesões neurológicas, por deficiências enzimáticas, glandulares, mais graves nas crianças. Na sequência, o Deputado Fernando Coruja apontou que há uma relação inversa entre o tempo de diagnóstico e o prognóstico, dessa forma, deixar faltar material para teste do pezinho é uma situação grave e citou publicidade do Governo do Estado, veiculada no Jornal Notícias do Dia, enaltecendo que as obras em Santa Catarina não param, que está tudo em dia com o pagamento dos fornecedores e que o estado tem a melhor situação em termos de desemprego do país, e apontou que, a seu ver, é uma mentira, que faz os incautos acreditarem que está tudo bem quando não está. Destacou ainda que quando há crise é preciso ter prioridades e, em sua percepção, a crise está colocada e a prioridade do Governo do Estado parece que é gastar dinheiro para mentir no jornal, e não o teste do pezinho. Encerrada a discussão, o Presidente Deputado Dr. Vicente Caropreso colocou em votação a sugestão da Deputada Ana Paula Lima de encaminhamento à Promotoria de Justiça do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, em nome da Dra. Sônia Maria Grossi Piardi, a respeito do teste do pezinho, e o envio de carta ao Secretário de Estado da Saúde expressando a total preocupação da Comissão de Saúde em relação a não realização dos testes, sendo ambos aprovados por unanimidade. Sobre a resposta ao Pedido de Informação **064.2/2016**, em que a comissão pergunta, em face das inúmeras reclamações que chegam à comissão, quais medicamentos estão em falta no Departamento de Assistência Farmacêutica da SES, quais as causas dessa falta e se no DAF há algum controle sobre o estoque regulador de medicamentos, como o Hórus do Governo Federal; o Dr. Celso Dellagiustina destacou que foram relacionados apenas 18 produtos faltantes, o que, a seu ver, não é verdade, por ser ele mesmo utilizador de medicamentos excepcionais que estão em falta há muito tempo, há reclamações de falta de medicamentos para evitar rejeição de transplantes e que parece que não há nenhum controle de estoque regulador. Continuou destacando que, segundo a SES, dos 18 produtos faltantes listados, três seriam por falta de matéria prima no mercado e os demais por problemas de licitação e que a resposta à questão do controle é negativa, uma vez que, ainda segundo a SES, o controle do estoque dos medicamentos é manual. Com a palavra, o Deputado Dalmo Claro relatou que na época em que foi Secretário de Estado da Saúde, nos anos de 2011 a 2013, existia

um controle que fornecia informações mensais do estoque de cada medicamento, a quantidade de utilização mensal, o tempo remanescente da cobertura para aquele estoque e não faltava medicamento. Destacou ainda que as alegações da SES para falta de medicamentos em três casos são por falta de importação do Ministério da Saúde e em quinze casos são por alegações diversas, como falta de ata de registro de preços, problemas de licitação e problemas de entrega por parte dos ganhadores de licitação, que realmente às vezes fazem propostas e não conseguem adquirir no mercado por preço adequado para poder fornecer, o que não seria culpa da SES, apontou, no entanto, que tem havido problemas na ata de registros por falta de pregoeiro para licitação. Como encaminhamento, o Presidente Deputado Dr. Vicente Caropreso sugeriu a convocação da pessoa responsável pelo setor de medicamentos na SES para ser ouvida na Comissão de Saúde sobre as demandas e dificuldades que ela está enfrentando. Na sequência, o Deputado César Valduga destacou que é grande a pressão da sociedade em relação à falta de medicamentos e que não dá para aceitar um controle arcaico do estoque nos dias de hoje ou a falta de pregoeiro; e, evocando o regimento interno, ressaltou a prerrogativa de se fazer uma diligência ou inspeção, sugerindo como encaminhamento. Com a palavra, o Deputado Fernando Coruja lembrou que se for servidor este deve ser convidado e não convocado, reforçou que quando falta dinheiro é preciso ter prioridades e que o Governo precisa mostrar os números reais, ser humilde e debater com a sociedade e com o Parlamento que a representa para saber onde aplicar. Na sequência, o Deputado Fernando Coruja pediu licença para se ausentar da reunião em razão de compromisso assumido em substituição à Deputada Ana Paula Lima. Posto em votação o convite para que a pessoa responsável pelo setor de medicamentos de SES compareça na próxima reunião da Comissão de Saúde foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente Deputado Dr. Vicente Caropreso registrou a presença e desejou as boas vindas aos vereadores mirins de Indaial trazidos pela professora Maria Helena Theiss. Sobre a resposta ao Pedido de Informação **065.3/2016**, a respeito da Vigilância Sanitária, o Dr. Celso Dellagiustina destacou um dos problemas, que considera grave na atualidade: tendo o TRT e o STJ dado ganho de causa à Associação dos Farmacêuticos do Brasil, no sentido de que a vigilância nas farmácias seja feita exclusivamente por farmacêuticos e que muitos municípios não tem condições de contratar um profissional para exercer exclusivamente esta função e a SES, em algumas regiões, não tem farmacêuticos em seus quadros, o que acarreta que algumas farmácias estão há quatro ou cinco anos sem qualquer fiscalização. Como encaminhamento, o Presidente Deputado Dr. Vicente Caropreso sugeriu o envio dessa ponderação a respeito da presença de farmacêuticos para melhorar a qualidade de fiscalização sobre as farmácias no estado de Santa Catarina. Com a palavra, o Deputado Dalmo Claro destacou que a Vigilância Sanitária faz um esforço muito grande, mas faltam recursos, principalmente humanos, e é preciso reforçar mais essa área de saúde pública. Sobre a resposta ao Pedido de Informação **074.4/2016**, a respeito do Hospital e Maternidade Carmela Dutra, o Dr. Celso Dellagiustina relatou que, tendo em vista as várias fiscalizações realizadas, foram feitas algumas perguntas específicas, mas nada do que foi solicitado foi informado: sobre as projeções que se pudesse efetuar, sabendo-se que há um projeto já antigo, de mais de sete anos, para ampliação do Carmela Dutra, e das péssimas condições da estrutura física que apresenta. Na sequência, o Deputado Dalmo Claro destacou que a única solução no caso da Carmela Dutra, a segunda maior maternidade do estado, é a construção de uma nova área física adequada às novas requisições do Ministério da Saúde e da Vigilância Sanitária, pois não adianta mais fazer reformas num prédio tão antigo, sob o risco de em poucos anos estar inadequado de novo e se perder dinheiro. O Presidente Deputado Dr. Vicente Caropreso sugeriu aguardar a Deputada Ana Paula Lima para elaborar um encaminhamento conjunto a respeito desse item, sugestão que foi acatada por unanimidade. Sobre o Pedido de Informação **075.5/2016**, em que a comissão solicita ao Estado a informação de quantas centrais de regulação (urgência, consultas e exames especializados) estão implantadas e em funcionamento e o que tem impedido a implantação das centrais, regulamentadas desde 2013, o Dr. Celso Dellagiustina informou que há no mínimo algumas incongruências na resposta recebida assinada pelo Dr. Allan Indio Serrano: pois, segundo ele, no relatório da última atividade de 2015, se dizia que faltava a implantação de uma central de regulação de urgência, mas as centrais de regulação de urgência não estavam funcionando adequadamente; existem centrais de regulação implantadas em 2010 que não correspondem às

previstas em lei e nenhuma das centrais de regulação de consultas e exames especializados está regulamentada, embora o pedido de informação venha com a resposta de que existem centrais de regulação implantadas desde 2006 e 2010, sendo a lei de 2013. Da mesma forma, o Presidente Deputado Dr. Vicente Caropreso sugeriu aguardar a Deputada Ana Paula Lima para elaborar um encaminhamento a respeito desse item, sugestão que foi acatada por unanimidade. Ato contínuo, o Presidente Deputado Dr. Vicente Caropreso passou ao próximo item da pauta e comunicou o recebimento do **Ofício nº 551/16**, de 20 de junho de 2016, da Câmara Municipal de Blumenau, parabenizando a comissão pelo Congresso do Parto Humanizado, e de correspondência da Associação de Distribuidores de Medicamentos do Estado do Rio Grande do Sul, de 27 de junho de 2016, solicitando participação na comissão para tratar da formação do preço dos medicamentos e as implicações nas fazendas estaduais. Em seguida, o Presidente Deputado Dr. Vicente Caropreso destacou que é uma oportunidade importante de se ouvir o setor, contribuir com o cidadão, uma vez que há a possibilidade de ganho excessivo em cima do preço do medicamento final, e sugeriu programar uma reunião com a presença dos representantes da ADIMERS. **MATÉRIAS DISTRIBUÍDAS AOS RELATORES:** seguindo a ordem de chegada, o Presidente Deputado Dr. Vicente Caropreso passou a palavra ao Deputado César Valduga, que relatou as seguintes proposições: Projeto de Lei nº **0027.1/2009**, de autoria do Deputado Darci de Matos, que dispõe sobre a criação de Banco de DNA de criminosos sexuais no âmbito do Estado de Santa Catarina, parecer pela devolução à Comissão de Constituição e Justiça; Ofício nº **0206.9/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto de Audição e Terapia da Linguagem, de Florianópolis, referente ao exercício de 2015; Ofício nº **0171.4/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Hospital São Francisco, de Concórdia, referente ao exercício de 2015; Ofício nº **0214.9/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Beneficente Hospitalar Maravilha, de Maravilha, referente ao exercício de 2015; Ofício nº **0235.3/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Mãe da Divina Providência - Hospital Nossa Senhora dos Prazeres, de Lages, referente ao exercício de 2015, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. Em seguida, o Deputado Dalmo Claro relatou as seguintes proposições: Ofício nº **0172.5/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Banco de Olhos, de Joinville, referente ao exercício de 2015; e Ofício nº **0231.0/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Instituição Bethesda, de Joinville, referente ao exercício de 2015, que postos em discussão e votação, foram ambos aprovados por unanimidade. Na sequência, o Deputado Dr. Vicente Caropreso leu parecer do ex-deputado Jean Leutprecht ao Projeto de Lei nº **0112.8/2015**, de autoria do Deputado Natalino Lázare, que dispõe sobre o fornecimento de merenda escolar especial para alunos com restrições alimentares, no Estado de Santa Catarina, ato contínuo o Deputado Dalmo Claro solicitou vistas em gabinete a pedido do Deputado Fernando Coruja, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em nome da Deputada Ana Paula Lima e do Deputado José Milton Scheffer, o Deputado Dr. Vicente Caropreso relatou os seguintes ofícios: Ofício nº **0241.1/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Imarú, referente ao exercício de 2015; Ofício nº **0102.2/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Beneficente Dom Daniel Hostin, de Otacílio Costa, referente ao exercício de 2015; Ofício nº **0249.9/2016**, de autoria

de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Voluntários do Imperial Hospital de Caridade, de Florianópolis, referente ao exercício de 2015; Ofício nº **0256.8/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Blumenauense na Luta contra o Câncer (ABLUCAN), de Blumenau, referente ao exercício de 2015; Ofício nº **0275.0/2016**, de autoria de entidade social, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação de Saúde do Alto Vale do Itajaí (FUSAVI), de Rio do Sul, referente ao exercício de 2015, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. **REQUERIMENTOS:** Ofício nº **305/2016**, em que o Deputado Dr. Vicente Caropreso propõe a criação de uma subcomissão de acompanhamento sobre a alimentação dos pacientes oncológicos. Em discussão, o Deputado Cesar Valduga parabenizou a iniciativa e se colocou à disposição para fazer parte da subcomissão, que acredita ser de suma importância. Posta em votação, a criação da subcomissão foi aprovada por unanimidade, tendo como membros os deputados Dr. Vicente Caropreso, César Valduga e mais um membro a ser indicado posteriormente pela comissão. Convite do Vice-Presidente da Comissão de Saúde da Câmara de Vereadores de Itajaí para Audiência Pública sobre combate às doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, no dia 22 de agosto de 2016, às 18h, no Plenário da Câmara de Vereadores de Itajaí, aprovada a indicação para que o Dr. Celso Dellagiustina represente a comissão. Requerimento da Deputada Luciane Carminatti que solicita a convocação do Secretário de Estado da Saúde João Paulo Kleinübing, com o objetivo de prestar esclarecimentos referentes aos critérios utilizados pela SES para calcular os repasses de recursos financeiros para os hospitais de Santa Catarina. Posto em discussão, o Deputado Dalmo Claro diz que, embora relevante, não convocaria o secretário especificamente para tratar apenas desse assunto e que considera mais produtivo solicitar essa informação por escrito. O Deputado César Valduga sugere sobrestar o pedido para que seja deliberado em uma próxima reunião. Como encaminhamento, o Deputado Dr. Vicente Caropreso propõe encaminhar uma correspondência ao Secretário de Saúde, junto ao ofício da Deputada Luciane Carminatti, solicitando que sejam especificados os critérios para repasses dos recursos financeiros para os hospitais de Santa Catarina. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Deputado Dr. Vicente Caropreso agradeceu a presença de todos e encerrou a presente reunião. E, para constar, eu, secretária da Comissão, Jéssica Camargo Geraldo, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e, posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Dr. Vicente Caropreso

Presidente em exercício

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO 152/2016

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 010/2016 oriunda do Pregão Presencial CL nº 008/2016.

OBJETO: aquisição de Notebooks i3.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (19 de julho de 2016).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666 de 21/6/1993 e demais normas contidas na referida Lei com suas alterações posteriores, na Lei nº 10.520 de 17/7/2002, na Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, no Decreto Federal nº 7.892 de 23/1/2013, no Ato da Mesa nº 214 de 5/11/2007, nos Atos da Mesa nº 94 de 9/2/2015, nº 128 de 27/02/2015 e nº 131 de 09/03/2015, Lei nº 8.666 de 21/6/93 e suas alterações, que regulamenta o art. 37, inciso XXI da CF de 1988; nas Autorizações Administrativas para Processo Licitatório nº 50 de 30/03/2016 e 115 de 20/04/2016, além das demais disposições legais aplicáveis, dispostas no Edital de Pregão Presencial nº 008 de 23/05/2016.

			ITEM 2	VALOR (R\$)	
ITEM	QTD	UNID	PRODUTOS	UNITÁRIO	TOTAL DO ITEM
2	30	UN	Notebook com as seguintes características: Fabricante/Marca: HP Modelo: ProBook 440 G3 2.1 Baseado em processador com tecnologia móvel; 2.2 Processador Intel i5-6200U sexta geração 2.3 Processador e chipset do mesmo fabricante;	R\$6.000,00	R\$ 180.000,00

		2.4 RAM de 8 Gbytes DDR3 1.33 GHz; 2.5 Memória Cache de 3 Mbytes; 2.6 BIOS Plug & Play atualizável em campo, desenvolvida pelo fabricante do equipamento ou com direitos (copyright) sobre essa BIOS, armazenando o número de série do equipamento; 2.7 Unidade de armazenamento SSD com capacidade de 120 Gbytes, SATA 6 Gbit/s, velocidade de leitura e gravação superior a 450Mbps e 250Mbps respectivamente; 2.8 Teclado 86 teclas, resistente a líquidos, padrão ABNT2; 2.9 Dispositivo apontador tipo TouchPad, com recursos multitoque; 2.10 Monitor em tecnologia a LED, antirreflexo, com tamanho de 14", resolução de 1360x760 a 60 Hz; 2.11 Interface de áudio estéreo com amplificador e alto falantes integrados ao gabinete; 2.12 Interface USB 3.0 (2) e 2.0 (1); 2.13 Webcam com Resolução de 720p e microfone integrado; 2.14 Capacidade de exibição em Dual Vídeo, nos modos Duplicado, Estendido, Somente Notebook e Somente Externo, com resolução do monitor externo até 1080P 60 Hz; 2.15 Disponibilização de interface padrão IEEE 802.3 10/100/1000BaseT/TX; 2.16 Interface de comunicação sem fio IEEE 802.11 b/g/n e Bluetooth 3.0, internas ao gabinete; 2.17 Microfone embutido no gabinete; 2.18 Entradas para microfone externo e saída para fone de ouvido acopladas no gabinete, podendo ser compartilhadas; 2.19 Leitor de cartões de memória SD/SDHC acoplado ao gabinete; 2.20 Disponibilização de saída de vídeo digital HDMI; 2.21 Implementação de segurança padrão TPM 1.2; 2.22 Peso máximo de 2 Kg; 2.23 Fonte de alimentação automática operando de 100 a 240 VAC de entrada, 60Hz atendendo a norma ABNT NBR 14136; 2.24 Bateria interna recarregável que suporte o equipamento ligado por, no mínimo, 3,5h; 2.25 Maleta para transporte HP do equipamento com acabamento interno acolchoado; 2.26 Programa de restauração automática da configuração inicial do equipamento; 2.27 Sistema Operacional Windows 10 Pro 64 bits em português (Brasil). Garantia On-site de 36 meses;		
Valor Total R\$ 180.000,00				

1ª REGISTRADA: Seprol Comércio e Consultoria em Informática Ltda.
 Endereço: Rua Najla Carone Goedert, nº 27, 3º andar, sala 311, Residencial Pagani, Palhoça, SC, CEP 88132-150, Fone/fax (48) 3271-7100

e-mail: licitações.poa@seprol.com.br

CNPJ/MF nº 76.366.285/0001-40

Florianópolis, 03 de agosto de 2016

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral

Reinhard Richter- Diretor de Tecnologia e Informações

Genésio Hoffmann- Sócio

Andre Garcia- Sócio

*** X X X ***

EXTRATO 153/2016
 REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 011/2016 oriunda do Pregão Presencial CL nº 008/2016.

OBJETO: aquisição de Notebooks e Tablets.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (19 de julho de 2016).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666 de 21/6/1993 e demais normas contidas na referida Lei com suas alterações posteriores, na Lei nº 10.520 de 17/7/2002, na Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, no Decreto Federal nº 7.892 de 23/1/2013, no Ato da Mesa nº 214 de 5/11/2007, nos Atos da Mesa nº 94 de 9/2/2015, nº 128 de 27/02/2015 e nº 131 de 09/03/2015, Lei nº 8.666 de 21/6/93 e suas alterações, que regulamenta o art. 37, inciso XXI da CF de 1988; nas Autorizações Administrativas para Processo Licitatório nº 50 de 30/03/2016 e 115 de 20/04/2016, além das demais disposições legais aplicáveis, dispostas no Edital de Pregão Presencial nº 008 de 23/05/2016.

		LOTES 3 E 4	MARCA	VALOR (R\$)	
ITEM	QTDE.	DESCRIÇÃO		UNITÁRIO	SUBTOTAL
		Tablet Dell Venue 11 PRO - Tamanho de tela de 10,8 pol - Tela com tecnologia touch screen, 1920x1080 pixels, suporte a 16 milhões de cores, 10 toques simultâneos; - Processador de núcleo quádruplo operando a 2.0 GHz; - Armazenamento em Unidade de Estado Sólido de 64 Gb; - Memória RAM de 2GB DDR3 (ou similares); - Sistema Windows 10 PRO ou Windows 8.1 PRO com upgrade para Windows 10 PRO; - Teclado virtual de tamanho completo (QWERTY); - Interface para fone de ouvido; - Interface para cartão SIM (ou similar) (3G); - Câmera traseira de 5.0 Megapixel, foco automático e gravação de vídeo HD (720p);			

3	40	- Câmera frontal resolução 2.0 Megapixel; - Microfone e alto-falante embutidos no gabinete; - Dispositivo de GPS; - Interface wireless 802.11 b/g/n; - Interface Bluetooth 3.0; - 1 Porta USB 3.0; - Peso máximo de 0,75 Kg; - Espessura máxima de 10 mm; - Bateria interna com autonomia de 8 horas em uso; - Fonte de alimentação/carregador de bateria operando de 100 a 240 VAC de entrada, 60Hz; - Dock Dell, com interface de rede 10/100 com RJ45/ 3 portas USB 2.0/ 1 Saída VGA (aceita adaptador) / 1 Saída HDMI (aceita adaptador); - Capa Dell, de Policarbonato para o Tablet; - Solução de mini teclado e mini mouse portátil ou mini teclado com trackpad originais da marca do tablet; - Garantia On-site de 36 meses;	Dell	5.600,00	224.000,00
4	6	Notebook i7 Dell I15-5548 - Processador Core i7-5500U intel 5ª geração (2,4 GHz, Cache de 4 MB); - Memória: 16 G dual channel DDR3 1600 MHz; - HD: 1 TB híbrido, SSD, com unidade flash 8 GB; - Tela: LED IPS FHD de 15,6" (1920 x 1080); - Vídeo: Placa de vídeo com memória dedicada de 2 GB DDR3; - Portas: USB 3.0 (2), USB 2.0 (1) e HDM (1); - Conectividade: Ethernet 10/100 RJ-45, WiF 802.11ac+e Bluetooth 4.0; - SO: Windows 10 Pro, de 64 bits, em português (Brasil); - Acompanha mochila Dell, para transporte do equipamento com acabamento interno acolchoado, fonte de alimentação automática operando de 100 a 240 VAC de entrada, 60 Hz, atendendo à norma ABNT NBR 14136; - Bateria interna recarregável mantendo equipamento ligado por no mínimo 3,5h; - Garantia on-site de 36 meses.	Dell	6.500,00	39.000,00
VALOR TOTAL					263.000,00

1ª REGISTRADA: Rei dos Reis Com. Atac. e Varejista de Equip. de Informática Ltda.

Endereço: Rua Gothard Kaesemodel, nº 518, sala 14, Bairro Anita Garibaldi, Joinville, SC, CEP 89.203-400, Fone/fax (47) 3432-6949
e-mail: provisaoequipamentos@gmail.com
CNPJ/MF nº 13.729.372/0001-03

Florianópolis, 03 de agosto de 2016

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral

Reinhard Richter- Diretor de Tecnologia e Informações

Geison Alexandre Lopes- Sócio

*** X X X ***

OFÍCIO

OFÍCIO Nº 658/16

São Ludgero, 03 de agosto de 2016

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Rede Feminina de Combate ao Câncer de São Ludgero, referente ao exercício de 2015.

Bernadete Weber Schlickmann

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/16

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1338, de 4 de agosto de 2016

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **EDUARDO HORN VIEIRA CARVALHO**, matrícula nº 8208, do cargo de Secretário do Colegiado de

Bancada, código PL/GAS-68, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 02 de Agosto de 2016 (DL - Colegiado de Bancadas).

Carlos Antonio Blosfeld

Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1339, de 4 de agosto de 2016

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR BERNARDO KOERICH COLLAÇO, matrícula nº 7475, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-68, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 02 de Agosto de 2016 (DL - Colegiado de Bancadas).

Carlos Antonio Blosfeld

Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1340, de 4 de agosto de 2016

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR MARIA IZABEL AVILA DA SILVA CARIONI, matrícula nº 6296, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-66, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Gelson Merisio).
Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1341, de 4 de agosto de 2016

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR LUCAS MANICA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-56, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Marcos Vieira - Tangará).
Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1342, de 4 de agosto de 2016

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR GUILHERME PADILHA GARCIA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Natalino Lazare).
Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI PL./0246.0/2016

"Altera o Anexo Único da Lei nº 16.733, de 2015, que 'Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina', para dar nova denominação à Escola de Voleibol Kipios (Quirios), de Xanxerê.

Art. 1º A Escola de Voleibol Kipios (Quirios), com sede no Município de Xanxerê, a que se refere o item 23 do Anexo Único da Lei nº 16.733, de 15 outubro de 2015, passa a denominar-se Escola de Esporte Kipios (Kýrios).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."
Sala das Sessões,

Deputada Luciane Carminatti

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/16

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo, em razão da mudança da denominação de entidade, demonstrada nos documentos anexos.

Deputada Luciane Carminatti

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0247.0/2016

Institui o Dia Estadual da Preservação do Boto Pescador.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual da Preservação do Boto Pescador, a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de maio, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O Dia Estadual do Boto Pescador tem como objetivo promover ações de conscientização sobre a importância da preservação da espécie para o desenvolvimento cultural e econômico da região de Laguna.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado José Milton Scheffer

Líder do Bloco Social Progressista

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/16

JUSTIFICATIVA

O presente projeto foi sugerido pelos alunos Parlamentares Jovens da Escola de Educação Básica Ana Gondin, do Município de Laguna, participantes da 21ª edição do Parlamento Jovem Catarinense, no qual alunos do ensino médio de vários municípios vivenciam o exercício do mandato de deputado e conhecem o papel do parlamento catarinense.

O objetivo do referido Projeto de Lei é promover ações de conscientização sobre a importância da preservação do Boto da espécie *Tursiops truncatus*, para desenvolvimento cultural e econômico da região de Laguna.

De acordo com os relatos de moradores mais antigos da região do complexo lagunar, estima-se que há pelo menos 200 anos ocorre a parceria entre animal e humano, quando os golfinhos ajudam pescadores a encher a rede de tainhas, a cena vira um espetáculo para encantar turistas.

A convivência cria intimidade e cada golfinho é chamado pelo nome. Os pescadores conseguem não só identificar os indivíduos, mas quais os comportamentos que eles estão fazendo que indicam a presença ou não de peixes na área.

Importante frisar que foi sancionada a Lei Federal nº 13.318 de 20/07/2016 que concede ao município de Laguna o título de Capital Nacional dos Botos Pescadores. O autor da Lei, deputado Esperidião Amin (PP-SC), explica que, apesar de ser avistado em todo o litoral brasileiro, só em Laguna, na região do Canal da Barra, nos Molhes, o golfinho tem esse comportamento. A intenção de dar à cidade o título de Capital Nacional dos Botos Pescadores é não apenas divulgar essa forma peculiar de cooperação entre golfinhos e pescadores, mas também chamar a atenção para a necessidade de conservar os ecossistemas lagunares da região.

Assim, para dar continuidade a essa digna ação de interesse público, faz-se necessário o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

Deputado José Milton Scheffer

Líder do Bloco Social Progressista

*** X X X ***

REQUERIMENTO

REQUERIMENTO RQS/0912.0/2016

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
GERÊNCIA PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Senhor

Gelson Merisio

Presidente da Alesc

Nesta Casa

Ofício nº 043/2014/CPI_MP Florianópolis, 02 de agosto de 2016
Prezado Senhor,

Cumprimentando-o, informo que a Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato da Presidência Nº 013-DL, de 2016, para Investigar a Falsificação de Medicamentos em Santa Catarina, com fulcro no inciso II do artigo 153 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, deliberou na reunião do dia 03 de agosto pela suspensão dos trabalhos da CPI de 03 de agosto de 2016 até 03 de outubro de 2016.

Atenciosamente,

Deputado Vicente Caropreso

Presidente

Deputado Neodi Saretta

Deputado Dalmo Claro

Deputado Ivan Naatz

Deputado Mauricio Eskudlark

Deputado Fernando Coruja

APROVADO EM SESSÃO

de 04/08/16

*** X X X ***